

Nota Técnica

Nº 11

09/24



PARA ONDE VAI A CFEM?

**Uma avaliação das receitas e
despesas dos municípios do
estado do Pará e Minas Gerais
(2022-2023)**



Nota Técnica N° 11

Setembro de 2024

**PARA ONDE VAI A CFEM? Uma avaliação das receitas e despesas
dos municípios do estado do Pará e Minas Gerais (2022-2023)**

Antônia Larissa Alves Oliveira¹

Elly Murielly Gomes de Oliveira²

Felipe dos Santos Ferreira³

Jessica Costa de Sousa⁴

DOI: 10.13140/RG.2.2.19629.09442

¹Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia pelo PPGPAM/Unifesspa. Bacharel em Ciências Econômicas pela Unifesspa.

²Bacharel em Ciências Econômicas pela Unifesspa.

³Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia pelo PPGPAM/Unifesspa. Bacharel em Ciências Econômicas pela Unifesspa.

⁴Mestranda em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Bacharel em Ciências Econômicas pela Unifesspa.

Equipe

Coordenação

Alessandra Cardoso – INESC

Antônia Larissa Alves Oliveira – Unicamp

Bruno Milanez – PoEMAS/UFJF

Giliad Silva – Unifesspa

Jessica Costa de Sousa - Unicamp

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves – PoEMAS/UEG

Pesquisadores

Elly Murielly Gomes de Oliveira - Unifesspa

Eduardo Raguse Quadros - MAM

Felipe dos Santos Ferreira - Unifesspa

Laisa Sant'Anna - MAM

Patrick Martins - Unifesspa

Comunicação

Kátia Visentainer

1. Introdução

Os municípios minerados ou afetados pela mineração têm recebido mensalmente valores expressivos referentes à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Segundo a Constituição Federal de 1988, a CFEM é um recurso que deve ser pago pelas empresas mineradoras à União, que, por sua vez, através da Agência Nacional de Mineração (ANM), o distribui entre os estados e municípios. Ressalta-se que a CFEM não é paga aos entes federativos para compensar os impactos ambientais e socioeconômicos gerados pela atividade. Se a mineradora causa impactos negativos, é ela que deve arcar com esses custos, e não o Estado brasileiro. Portanto, a CFEM é uma forma de a União acessar a renda de um bem que pertence a ela, ou seja, uma parte da riqueza relativa a um patrimônio que vai se esgotando à medida que é explorado.

A legislação mais recente (Lei Nº 13.540 de 2017) que rege esse *royalty* instituiu a alíquota e os percentuais a serem repartidos entre os entes federativos minerados ou afetados pela infraestrutura da atividade mineral: 10% desse recurso vai para a União, 15% para os estados, 60% para os municípios onde está localizada a extração mineral e 15% para os municípios afetados pela infraestrutura produtiva, como ferrovias, minerodutos, barragens, entre outros (Brasil, 2017).

A Lei Nº 13.540 de 2017 também incentiva os entes federados, especialmente os municípios, a aplicarem pelo menos 20% da CFEM em áreas ligadas ao desenvolvimento mineral sustentável, diversificação econômica e desenvolvimento tecnológico e científico. Além disso, obriga a prestação de contas anual, de modo a garantir absoluta transparência na gestão dos recursos da CFEM. No entanto, apesar de haver normas que estimulem a melhor aplicação desses *royalties* e exijam transparência nos gastos, em geral, não se sabe ao certo como o recurso está sendo utilizado, uma vez que as prefeituras não garantem fácil acesso à informação. Seis anos se passaram desde que esta Lei entrou em vigor e, conforme os estudos de caso desenvolvidos pelo De Olho na CFEM, verifica-se que os municípios não apresentaram nenhuma prestação de contas de como esse recurso vem sendo utilizado. Uma exceção é Conceição do Mato Dentro (MG), que após vários contatos desta iniciativa com a prefeitura, criou uma aba específica para as despesas vinculadas à CFEM e passou a disponibilizar as informações em seu portal da transparência de forma mais acessível, pelo menos para o ano de 2023⁵.

Em um esforço para melhorar o acesso a essa informação, desde 2020 o De Olho na CFEM vem acompanhando o orçamento público vinculado aos *royalties* da mineração em alguns municípios dos estados do Pará, Maranhão, Minas Gerais, Goiás e, mais recentemente, no Rio Grande do Sul. Os resultados encontrados nos treze municípios analisados destacam, especialmente, a falta de

⁵ Não foi possível identificar planilhas com as despesas para os anos anteriores no período da pesquisa.

transparência quanto ao uso da CFEM e a limitação na disponibilização dos dados orçamentários nos portais de transparência das prefeituras. Mesmo com essas limitações, o De Olho na CFEM tem superado alguns desses desafios e apresenta, por meio desta Nota Técnica, como a CFEM tem sido executada nos municípios dos dois estados que mais arrecadam este *royalty*, sendo eles: Parauapebas (PA), Canaã dos Carajás (PA), Conceição do Mato Dentro (MG), Congonhas (MG) e Itabira (MG), nos anos de 2022 e 2023.

2. Metodologia

A metodologia utilizada teve como ponto de partida a consulta de dados nos Portais de Transparência de Parauapebas (PA), Canaã dos Carajás (PA), Conceição do Mato Dentro (MG), Congonhas (MG) e Itabira (MG), bem como no *site* da Agência Nacional de Mineração (ANM). Entre os meses de fevereiro e maio de 2024, foram consultadas informações nos portais de transparência sobre receitas e despesas dos anos de 2022 e 2023. Nas receitas, coletaram-se informações sobre a receita corrente total e a receita vinculada à fonte CFEM. Nas despesas, coletaram-se informações sobre despesas executadas (pagas) com a fonte CFEM, a partir das classificações orçamentárias: Função e Projeto/Atividade.

Ressalta-se que o orçamento do governo municipal, estadual e federal é classificado em despesa funcional e programática e/ou por natureza de despesa. A classificação trabalhada no De olho na CFEM é a funcional e programática: para cada função, existe uma subfunção com seus respectivos programas e projetos. A função determina em qual área o governo investe o dinheiro; a subfunção destaca a finalidade da despesa conforme a sua área; o programa apresenta qual é a política pública; e a atividade/projeto/ação específica o que será feito para atingir o objetivo do programa, sendo esta última o menor nível de detalhamento do orçamento.

Em relação à metodologia de análise das despesas, ao examinar todas as despesas em seu menor nível de detalhamento, optou-se por selecionar apenas alguns gastos no qual denominou-se de “projetos emblemáticos”. Estes projetos foram escolhidos considerando dois critérios principais. Primeiro, foram selecionados projetos que recebem volumes significativos de recursos da CFEM, independentemente de serem altos ou baixos, refletindo as prioridades do governo local. Em segundo lugar, foi analisado o objetivo de cada projeto, com ênfase em sua contribuição, ou falta dela, para o desenvolvimento socioeconômico do município, especialmente em relação à dependência da atividade mineral e à garantia dos direitos da comunidade. Os projetos escolhidos foram categorizados em quatro dimensões: 1. usos incomuns, destacando a aplicação da CFEM em despesas não convencionais; 2. diversificação econômica, com foco em projetos econômicos alternativos à mineração; 3. direitos humanos, visando a melhoria das condições de vida no território; e 4. infraestrutura, abordando a destinação de recursos para infraestrutura urbana e rural.

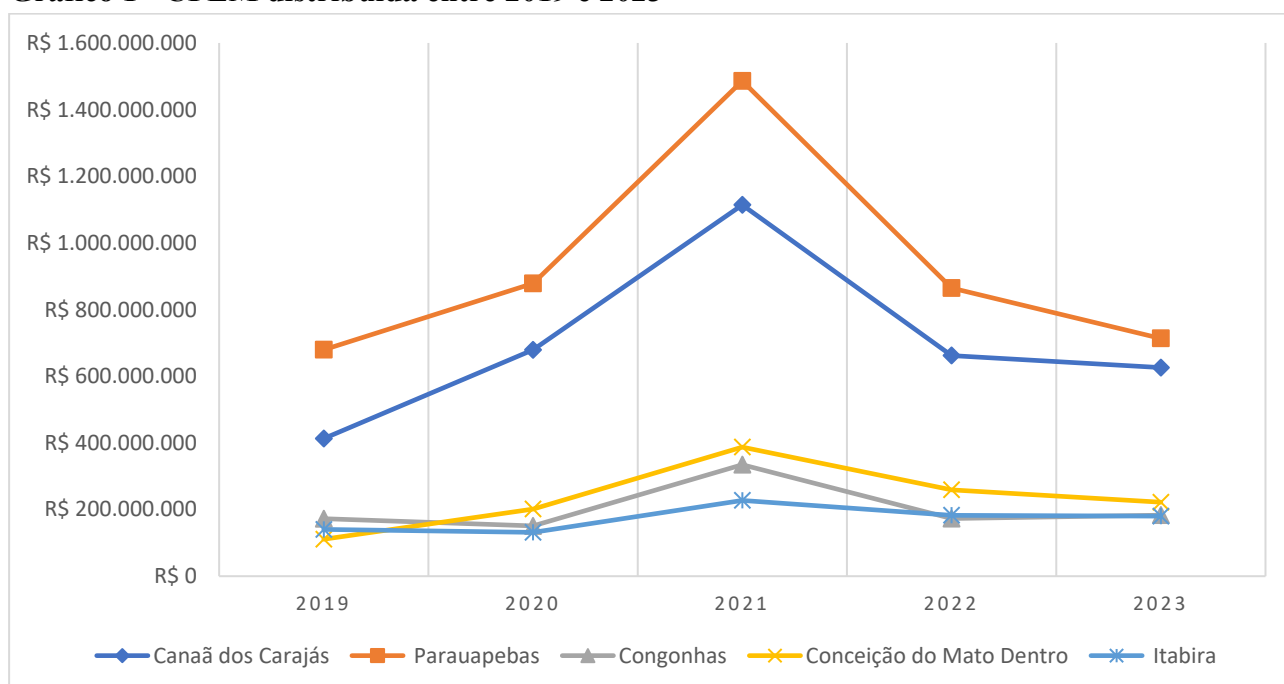
Os valores das despesas apresentados nas tabelas das seções quatro a nove correspondem a CFEM executada em cada ano analisado. Nesse sentido, os percentuais indicam a participação do valor gasto em cada função ou projeto, quando for o caso, em relação ao total das despesas financiadas com recursos da CFEM no ano analisado.

Destaca-se que, apesar de o projeto trabalhar com o município de Marabá, no Pará, a pesquisa optou por retirá-lo da análise. Isso foi feito porque, em Marabá, não é possível identificar a CFEM de forma discriminada nas fontes de recursos das despesas, visto que esta compõe um grupo maior de fontes denominado "Recursos Ordinários", como vem sendo abordado nas Notas Técnicas de Transparência publicadas por esta iniciativa.

3. A CFEM na receita corrente dos municípios

Os estados do Pará e Minas Gerais são os que mais arrecadam CFEM no Brasil, assim como seus municípios. Ao longo dos últimos cinco anos, os municípios arrecadaram volumes significativos de CFEM, sendo o ano de 2021 o pico máximo de arrecadação para todos eles, como pode ser observado no Gráfico 1. No Pará, a arrecadação total, entre 2019 e 2023, para os municípios de Canaã dos Carajás e Parauapebas foi de R\$ 3,4 bilhões e R\$ 4,6 bilhões, respectivamente. Em Minas Gerais, Congonhas e Conceição do Mato Dentro também tiveram valores que ultrapassaram a soma total de R\$ 1 bilhão no mesmo período.

Gráfico 1 - CFEM distribuída entre 2019 e 2023

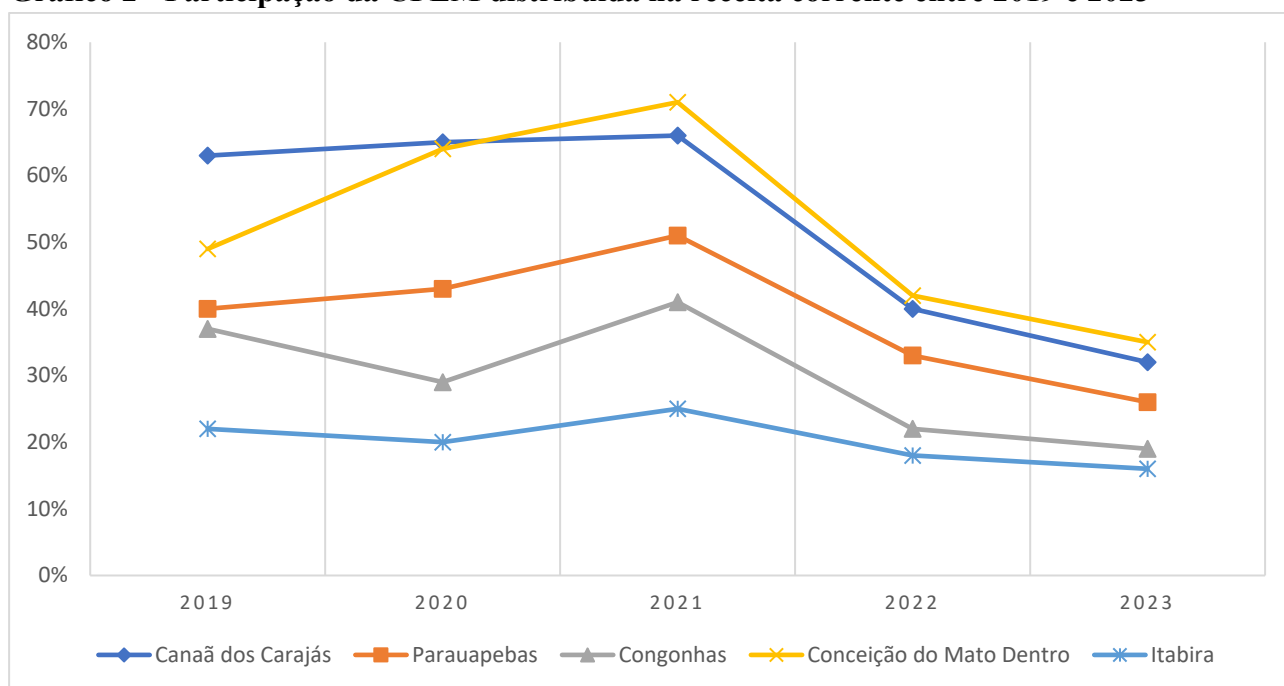


Fonte: ANM (2024).

O volume de CFEM destacado no Gráfico 1 ilustra, para os municípios minerados representados, uma parte significativa da receita arrecadada pelas prefeituras. Essa importância pode ser observada no Gráfico 2, que demonstra a participação da CFEM nas receitas correntes dos cinco municípios minerados que mais arrecadaram o royalty entre 2019 e 2023 no Brasil.

Ao analisar os resultados gerais apresentados no Gráfico 2, observa-se inicialmente variações ao longo do período, com destaque para um crescimento significativo da participação da CFEM no orçamento até pelo menos o ano de 2021. Entretanto, a partir de 2022, houve uma queda na arrecadação da CFEM, o que se refletiu em uma menor participação dessa fonte nas receitas municipais. A única exceção foi o município de Congonhas, que registrou um pequeno aumento de 6% na arrecadação da CFEM em 2022 (Gráfico 1). Além disso, é importante destacar a elevada participação da CFEM em alguns municípios, como Conceição do Mato Dentro e Canaã dos Carajás (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Participação da CFEM distribuída na receita corrente entre 2019 e 2023



Fonte: Portal da transparência de cada município e o portal da transparência federal (2024).

De modo detalhado, observa-se que, no ano de 2021, a CFEM alcançou sua maior participação nas receitas correntes dos municípios pesquisados: em Conceição do Mato Dentro, a participação foi de 71%; em Canaã dos Carajás, 66%; em Parauapebas, 51%; em Congonhas, 41%; e em Itabira, 25%. Nos anos seguintes, o movimento foi contrário, pois, a partir de 2022, houve uma queda na participação da CFEM nas receitas correntes desses municípios. Todavia, mesmo com a queda na arrecadação nos últimos dois anos, este recurso ainda tem relevância nas receitas corrente municipais.

Em 2022 e 2023, no município de Conceição do Mato Dentro, a CFEM teve participação nas receitas de 42% e 35%; em Congonhas, de 22% e 19%; em Itabira, de 18% e 16%; em Canaã dos Carajás, de 40% e 32%; e em Parauapebas, de 33% e 26% no mesmo período (2022 e 2023 respectivamente).

O que ajuda a explicar as oscilações da arrecadação e, posteriormente, a participação da CFEM nas receitas dos municípios são os preços das *commodities* cotadas internacionalmente e o volume do minério comercializado. No caso desses municípios, o minério de ferro é a principal substância que gera CFEM, e seu preço teve variações significativas ao longo dos últimos três anos de análise, influenciando diretamente no volume de CFEM arrecadado pelas prefeituras. Entre 2021 e 2022, houve uma queda de 25% no preço do minério de ferro, passando de US\$161,71 para US\$121,30 por tonelada (The World Bank, 2024). Além disso, em 2023, o valor do minério de ferro diminuiu em 1% quando comparado ao ano anterior, porém, foi o preço por tonelada exportado mais baixo dos últimos três anos, com US\$120,57. No entanto, o volume de minério de ferro exportado no Brasil não apresentou uma queda significativa; pelo contrário, houve um aumento, sendo o volume exportado de cerca de 337 milhões de toneladas em 2021 (ano com maior preço por tonelada) e cerca de 353 milhões de toneladas em 2023 (ano com menor preço por tonelada) (Comex Stat, 2024).

Ademais, a variação na arrecadação da CFEM por esses municípios evidencia a fragilidade de depender de um recurso volátil e finito, altamente suscetível às oscilações do mercado internacional.

4. A CFEM e as despesas municipais por função

Nesta seção, serão apresentadas as despesas de cinco municípios financiadas com a fonte CFEM, nos anos de 2022 e 2023, sendo eles: Conceição do Mato Dentro (MG), Congonhas (MG), Itabira (MG), Canaã dos Carajás (PA) e Parauapebas (PA).

Destaca-se que, em alguns municípios monitorados pelo De Olho na CFEM, não foi possível observar o uso da CFEM para o pagamento de despesas, pois as respectivas prefeituras não classificam a CFEM como fonte de despesas. Dentre os casos mais emblemáticos destaca-se Marabá (PA), que arrecadou em 2022 e 2023 o equivalente a R\$136,9 milhões e R\$127,3 milhões em CFEM, respectivamente, mas não disponibiliza o orçamento com a fonte CFEM nas despesas discriminadas em seu portal da transparência. O mesmo ocorre no município de Congonhas, onde, embora a CFEM tenha aparecido no orçamento em 2022, em 2023 não foi possível identificar ao certo se o termo descrito se refere a esta fonte de recurso, constando apenas o termo pela metade: "Transferência da União Referente à Compensação Fin". A arrecadação de CFEM pelo município em 2022 chegou a R\$172,8 milhões e R\$183,2 milhões em 2023.

Para os demais municípios analisados, foi possível examinar com maior precisão as despesas vinculadas à fonte CFEM no orçamento público. Na Tabela 1, são destacadas as principais áreas (funções) do orçamento para as quais os recursos da CFEM foram direcionados nos anos de 2022 e 2023. Os valores apresentados indicam a participação de cada função no total das despesas financiadas pela CFEM. Vale ressaltar que, quanto mais intenso o tom de laranja, maior foi a alocação de recursos da CFEM para aquela função. As áreas sem informação indicam que não houve destinação de recursos ou que a função não foi contemplada no orçamento.

Tabela 1 – Participação (%) anual da despesa com a fonte CFEM, por função, para municípios selecionados do Pará e de Minas Gerais (2022-2023)

Funções	Parauapebas (PA)		Canaã dos Carajás (PA)		Congonhas (MG)		Itabira (MG)		Conceição do Mato Dentro (MG)	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Administração	13,8	15,2	9,7	7,3	22,3	-	0	1,9	0,9	0,5
Agricultura	2	2,6	3,2	2,9	-	-	0	0,2	1	2,9
Assistência Social	2,5	2,4	2,8	2,4	13,1	-	-	2,1	0,3	1
Ciência e Tecnologia	0,1	0	0,4	0,2	-	-	-	-	-	-
Comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços	1,8	1,2	1	2,1	0	-	0,8	1,8	5	6,9
Cultura	2	1,9	1,8	1,9	1,9	-	0	-	2,3	1,5
Desporto e Lazer	1,3	1,9	1,8	2,4	-	-	1,7	2,8	0,9	1,4
Direito da Cidadania	0,2	0,5	0,1	0,1	-	-	-	1	-	-
Educação	9	10,5	5,4	6	-	-	3,7	0,9	3,1	5,6
Encargos Especiais	1,3	0	0	0	3,2	-	4	1,3	1	1,1
Energia	-	-	-	-	2,7	-	-	-	-	-
Essencial à Justiça	-	-	0,1	0,1	-	-	-	-	-	-
Gestão Ambiental	0,4	0,7	0,4	1	16,1	-	1,8	1,5	2,4	4,1
Habitação	7,2	5,8	2,2	2,3	0,03	-	-	-	4,3	12,2
Indústria	0	0	0	0	-	-	25,9	14,7	-	-
Organização Agrária	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-
Saneamento	9,1	10	15,4	9,3	-	-	0,02	1,1	4,3	0,7
Saúde	11	14,4	11,7	3,7	1,1	-	51,3	49	3,8	2,7
Segurança Pública	6,6	4,9	-	-	0	-	-	-	0,1	0,7
Trabalho	-	-	-	-	0,9	-	-	-	0,02	1,5
Transporte	14,6	13,4	1,3	1,2	19,2	-	-	-	-	-
Urbanismo	17	14,7	42,7	56,9	19,5	-	10,8	21,9	70,6	57,4

Fonte: Portal de Transparência das prefeituras de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Congonhas, Itabira e Conceição do Mato Dentro (2024).

Parauapebas é o maior arrecadador de CFEM do Brasil, e nos anos de 2022 e 2023, os valores de despesas com a fonte CFEM foram na ordem de R\$1,1 bilhão e R\$819,5 milhões, respectivamente. Como pode ser observado na Tabela 1, a maior parte das despesas esteve concentrada em funções como: Urbanismo (17% em 2022 e 14,7% em 2023), Transporte (14,6% e 13,4%), Administração (13,8% e 15,2%) e Saúde (11% e 14,4%) nos dois anos consecutivos de análise. Por outro lado, as funções que tiveram menor concentração de recursos foram Ciência e Tecnologia (0,1% e 0,0%), Organização Agrária (0,0% e 0,01%), Direitos da Cidadania (0,5% e 0,2%) e Gestão Ambiental (0,7% e 0,4%). Destaca-se que funções ligadas ao desenvolvimento econômico tiveram participação aquém do esperado para um município dependente da mineração. Comércio e Serviços obtiveram participação de 1,2% e 1,8%, Agricultura de 2,6% e 2,0%, e Indústria nem apareceram nas despesas.

No *ranking*, o segundo maior arrecadador de CFEM é Canaã dos Carajás. Nos anos de 2022 e 2023, as despesas com a fonte CFEM alcançaram os valores de R\$950,5 milhões e R\$928,4 milhões, respectivamente. A distribuição de recursos CFEM nas despesas do município esteve concentrada em grande parte na função Urbanismo. Mais da metade (56,9%) das despesas em 2023 foram para esta função, contra 42,7% em 2022. Em segundo lugar, a função Saneamento concentrou 15,4% em 2022 e 9,3% em 2023. Saúde representou 11,7% e 3,7% em 2022 e 2023, respectivamente. Em contrapartida, as funções que tiveram menor participação foram Comércio e Serviços, com participação de 1,0% em 2022 e 2,1% em 2023, Ciência e Tecnologia com 0,4% em 2022 e 0,3% em 2023, além de Organização Agrária com participação de 0,0% em ambos os anos pesquisados.

O município de Conceição do Mato Dentro encontra-se no terceiro lugar do ranking de maiores arrecadadores de CFEM, com despesas superiores a R\$242 milhões em 2022 e R\$201,4 milhões em 2023. No que tange ao uso do *royalty*, o município foi o que mais concentrou recursos em uma única função, sendo esta Urbanismo com 70,6% e 57,4% do recurso em 2022 e 2023, respectivamente. As demais funções com maior participação nas despesas em 2022 e 2023 foram: Comércio e Serviços com 5,0% em 2022 e 6,9% em 2023; Habitação com 4,3% em 2022 e 12,2% em 2023. As funções com menor concentração foram: Trabalho com 0,02% em 2022 e 1,5% em 2023; Segurança Pública com 0,1% em 2022 e 0,7% em 2023; Assistência Social representou 0,3% em 2022 e 1,0% em 2023; e Administração com 0,9% em 2022 e 0,5% em 2023.

Em seguida no *ranking*, aparece o município de Itabira, com despesas de R\$90,4 milhões em 2022 e R\$131,5 milhões em 2023. Diferentemente de outros municípios, a maior parte do recurso, nos dois anos de análise, foi direcionado para áreas como Saúde (51,3% em 2022 e 49% em 2023) e Indústria (25,9% em 2022 e 14,7% em 2023). Contudo, como pode ser observado nos demais territórios, Urbanismo (10,8% em 2022 e 21,9% em 2023) concentrou parte significativa da CFEM nos anos analisados. As demais funções, como apresentado na Tabela 1, tiveram pouquíssima

participação da CFEM em seu orçamento nos anos pesquisados, com destaque para Agricultura (0,0% em 2022 e 0,2% em 2023), Comércio e Serviços (0,8% em 2022 e 1,8% em 2023), Gestão Ambiental (1,8% em 2022 e 1,5% em 2023) e Saneamento (0,0% em 2022 e 1,1% em 2023). Além disso, chama atenção que a função Cultura, que teve orçamento um pouco acima de 0,0% em 2022, sequer teve orçamento com fonte CFEM em 2023. No caso de Itabira, o debate sobre cultura é particularmente relevante pelo fato de a cidade, em teoria, se valer de ser o local de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade para tentar promover o turismo na cidade e diversificar sua economia.

Por fim, o município de Congonhas, que também arrecada grande volume de CFEM anualmente, obteve despesas na ordem de R\$ 54,1 milhões em 2022 (não se teve acesso aos dados de 2023). A função com maior concentração de CFEM em 2022 foi Administração (22,3%), seguida de Urbanismo (19,5%), Transporte (19,2%) e Gestão Ambiental (16,1%). Outras funções que são essenciais para o fomento ao desenvolvimento socioeconômico tiveram pouca ou nenhuma destinação de CFEM. É o caso de Comércio e Serviços (0,0%), seguido das demais funções com baixo orçamento, como Habitação (0,03%), Segurança Pública (0,0%) e Trabalho (0,9%).

De modo geral, em todos os municípios pesquisados, não foi observada uma destinação significativa da fonte a CFEM para atividades econômicas que diminuam a dependência dessas localidades em relação à mineração, uma vez que este recurso provém de uma fonte finita, que são os minérios.

Os dados apresentados nesta seção fornecem um panorama geral sobre as despesas com a CFEM nas grandes áreas do orçamento público. Nas seções seguintes, serão apresentadas as despesas com maior nível de detalhamento, elencando os projetos/atividades que tiveram gastos considerados emblemáticos por esta pesquisa.

5. Orçamento público em Canaã dos Carajás (PA)

Localizado na mesorregião sudeste paraense, o município de Canaã dos Carajás apresenta uma população de 77.079 habitantes distribuída em uma área territorial de 3.146,821 km². Elevado à categoria de município em 1994, após desmembramento do município de Parauapebas, Canaã dos Carajás destaca-se pela extração mineral como principal atividade econômica (IBGE, 2024).

O município tem se consolidado entre os principais do estado do Pará, com um PIB aproximado de R\$35 bilhões em 2021. Este valor posicionou Canaã dos Carajás na segunda colocação no *ranking* de contribuição ao PIB estadual, com uma participação de 13,3%. Segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas, atividades de mineração são classificadas como “Indústria Extrativa”, devido a essa interpretação, as estatísticas oficiais podem levar à confusão. Assim, apesar da economia de Canaã dos Carajás depender fortemente da extração mineral, de acordo com os dados disponíveis em 2021, o setor “industrial” apresentou um Valor Adicionado de 89,6% (FAPESPA, 2023).

A exploração de minérios de ferro e cobre constitui as principais atividades econômicas do município e tem como principais empresas em atuação, as empresas Vale S.A e sua subsidiária Salobo Metais S.A. Canaã recebe CFEM tanto por ser um município minerado quanto por ser impactado pelas infraestruturas associadas à atividade mineral. Nos últimos anos, esse *royalty* tem representado uma parcela significativa das receitas correntes municipais, correspondendo a 40% em 2022 e 32% em 2023.

5.1 Canaã dos Carajás: despesas com a CFEM em 2022

Dada a importante representatividade da CFEM nas receitas correntes do município, é essencial analisar de que forma esses recursos são alocados. Na Tabela 2, estão classificados os projetos emblemáticos do orçamento municipal de Canaã dos Carajás. A seleção desses projetos foi baseada na finalidade de cada um e no volume de recursos da CFEM alocados, conforme a metodologia descrita na introdução desta pesquisa.

Tabela 2 - Despesas emblemáticas por projeto em Canaã dos Carajás, 2022

Dimensão	Função	Projeto/Atividade	Valor (R\$)	Part.
Usos incomuns	Administração	Convênios/Termos de Cooperação e Termos de Fomento entre entidades públicas e privadas e entidades governamentais e não governamentais	27,6 milhões	2,9%
		Realizar Publicidade de Ações Desenvolvidas Pelo Governo	12,0 milhões	1,3%
		Amortização da Dívida	5,8 milhões	0,6%
Diversificação Econômica	Agricultura	Manter o Programa Municipal de Desenvolvimento do Campo-PROCAMPO	9,0 milhões	1,0%
	Agricultura	Manter o PROCAMPO-Produção de Grãos e Mandioca	5,5 milhões	0,6%
	Administração	Verticalizar Cadeias Produtivas Primárias	925,0 mil	0,1%
	Agricultura	Manter a Agricultura Familiar	915,0 mil	0,1%
	Assistência Social	Manter a Economia Popular Solidária - EPS	224,0 mil	0,0%
	Comércio e Serviços	Manter o Programa Geração de Emprego e Renda	74,8 mil	0,0%
Direitos Humanos	Assistência Social	Manter o Programa Renda Canaã	426,0 mil	0,0%
	Assistência Social	Implantar o Programa Renda Canaã	245,4 mil	0,0%
	Direito da Cidadania	Manter Política para Mulheres	39,0 mil	0,0%
	Assistência Social	Manter o Bolsa Estudantil Universitário	400	0,0%
Infraestrutura	Urbanismo	Manter o Programa Asfalta Canaã	77,7 milhões	8,2%
		Ampliar a Pavimentação Asfáltica-Asfalto no Campo	57,6 milhões	6,1%
		Ampliar a Pavimentação Asfáltica- Asfalta Canaã	31,8 milhões	3,4%
		Construir Calçadas Públicas	26,2 milhões	2,8%
		Manter os Serviços de Limpeza Pública	25,8 milhões	2,7%
		Construir Praças Públicas	14,5 milhões	1,5%

Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Canaã dos Carajás (2024).

Os projetos foram agrupados em quatro dimensões principais: Usos Incomuns, Diversificação Econômica, Direitos Humanos e Infraestrutura. A tabela também apresenta os valores totais gastos em cada projeto, bem como sua participação (%) em relação ao total das despesas financiadas com recursos da CFEM.

No ano de 2022, três projetos foram considerados de Usos Incomuns. Esses projetos estão ligados à Função Administração e são os seguintes: “Convênios/Termos de Cooperação/Termos de Fomento com Entidades Públicas e Privadas, Entidades Governamentais e Não Governamentais” (R\$27,6 milhões), “Realizar Publicidade de Ações Desenvolvidas pelo Governo” (R\$12 milhões) e “Amortização da Dívida” (R\$5,8 milhões).

Analisando os projetos destacados, é possível verificar que uma grande parte dos recursos do projeto “Convênios/Termos de Cooperação/Termos de Fomento com Entidades Públicas e Privadas, Entidades Governamentais e Não Governamentais” foram utilizados por meio de emendas impositivas, que se caracterizam principalmente pela execução desses recursos em ações determinadas individualmente pelos vereadores. Destaca-se também que, em sua maioria, esses recursos foram destinados para atender ações de projetos sociais executados no município.

Outro ponto que chama atenção para este projeto foi a utilização da CFEM para o pagamento de auxílios financeiros, referente a acordos de cooperação firmados com a Polícia Militar do Pará, com o objetivo de realizar atividades de supervisão de escolas cívico-militares. No entanto, as atividades de supervisão referentes ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) são realizadas por militares inativos, caracterizando assim uma utilização dos recursos da fonte CFEM para a manutenção de pessoal. Isso reforça o histórico de utilização dos recursos dessa fonte para a manutenção da máquina pública, em desacordo com o recomendado na Lei Nº 13.540/2017, que seria a utilização para a diversificação econômica do município.

Com relação aos outros dois projetos da dimensão Usos Incomuns, destaca-se que o projeto “Realizar Publicidade de Ações Desenvolvidas Pelo Governo” possui um volume de recursos muito mais elevado do que várias outras ações implementadas pelo município, como, por exemplo, projetos que visem a diversificação econômica. Já o projeto de “Amortização da Dívida” se mostra duplamente problemático. Primeiro, os recursos destinados a esta ação deixaram de atender outras áreas importantes; segundo, foram utilizados para pagamento de parcelamentos de dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Apesar de ser permitida a utilização dos recursos da fonte CFEM para pagamentos de dívidas com a União, destaca-se que os recursos para pagamentos deste tipo de obrigação são descontados das folhas de pagamentos dos funcionários públicos, portanto, tendo uma fonte própria para pagamentos.

Ressaltando a importância da construção de alternativas à atividade mineral, na categoria "Diversificação Econômica" foram classificados alguns projetos emblemáticos ligados principalmente às funções Agricultura, Administração e Comércio e Serviços. Em anos anteriores, observou-se que na função Agricultura, a maioria dos projetos (82,9%) estavam vinculados ao programa PROCAMPO, conforme observado na Nota Técnica 08 (2022), totalizando um valor de R\$25,2 milhões. Isto não se torna diferente nos anos seguintes, como se explica a seguir. Na Tabela 2 merecem destaque os seguintes projetos: “Manter o Programa Municipal do Campo - PROCAMPO” (R\$9,0 milhões), “Manter o PROCAMPO - Produção de Grãos e Mandioca” (R\$5,4 milhões) e “Manter a Agricultura Familiar” (R\$914,9 mil). Destacam-se também os projetos de outras funções (Administração, Assistência Social e Comércio e Serviços), como “Verticalizar Cadeias Produtivas Primárias” (R\$925 mil), “Manter a Economia Popular Solidária” (R\$241,1 mil) e “Manter o Programa Geração de Emprego e Renda” (R\$74,8 mil).

Observa-se nesses projetos que a maior parte dos recursos é destinada à manutenção do programa PROCAMPO, bem como ao cultivo de grãos. No que se refere ao cultivo de grãos, o orçamento não especifica quais, mas, tendo em vista o avanço da produção de soja na região, tal investimento público deve ser observado com atenção, uma vez que essa *commodity* serve para atender à demanda internacional e não aos interesses locais e regionais. Como contraponto, nota-se que a atividade ligada à Agricultura Familiar recebeu um valor ínfimo quando comparado aos demais, seguindo a lógica dos anos anteriores, conforme já pontuado na Nota Técnica N° 03 e na Nota Técnica N° 08. Outro projeto que recebeu um valor muito baixo foi o Programa de Geração de Emprego e Renda.

Conforme já frisado em notas anteriores, ainda que o PROCAMPO contemple pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade social, as atividades abarcadas pelo programa correspondem apenas às atividades agropecuárias já desenvolvidas pelos agricultores e pré-estabelecidas pela chamada pública, o que pode ser um empecilho para que agricultores familiares consigam acessar tal benefício.

Na dimensão Direitos Humanos, são listados os projetos que também receberam poucos recursos frente aos demais, sendo estes: “Manter o Programa Renda Canaã” (R\$ 426,1 mil) e “Implantar o Programa Renda Canaã” (R\$ 245,4 mil). Estas são ações que beneficiam diretamente os cidadãos do município. Com o mesmo formato do Programa Bolsa Família, este projeto implantado pela prefeitura municipal visa beneficiar a população em vulnerabilidade social, permitindo o acesso à renda e atendendo diretamente às pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Mesmo se tratando de projetos importantes, outros projetos desta categoria que também receberam poucos recursos foram: “Manter Política Para Mulheres” (R\$39 mil) e “Manter o Bolsa Estudantil Universitário” (R\$400).

Por fim, a última categoria diz respeito aos projetos da área de Infraestrutura. Assim como em outros anos, essa categoria seguiu a tendência de ser aquela com maior destinação de recursos da fonte CFEM. Os projetos contemplados foram: “Manter o Programa Asfalta Canaã” (R\$77,7 milhões), “Ampliar Pavimentação Asfáltica - Asfalto no Campo” (R\$57,6 milhões), “Ampliar a Pavimentação Asfáltica - Asfalta Canaã” (R\$31,8 milhões), “Construir Calçadas Públicas” (R\$26,2 milhões), “Manter os Serviços de Limpeza Pública” (R\$25,8 milhões) e “Construir Praças Públicas” (R\$14,5 milhões). Seguindo a tendência de anos anteriores, os recursos destinados para o asfaltamento de estradas continuam sendo muito superiores aos recursos destinados a outros projetos, evidenciando a má distribuição dos recursos da fonte CFEM. Os três principais projetos da categoria Infraestrutura somados chegam a R\$ 167,1 milhões, o que corresponde a 17,6% dos recursos da fonte CFEM disponíveis no ano de 2022, apontando que os gastos com asfaltamento são priorizados em detrimento de outras infraestruturas urbanas.

5.2 Canaã dos Carajás: despesas com a CFEM em 2023

No ano de 2023, não houve grandes alterações em relação ao ano anterior quanto à destinação dos recursos da fonte CFEM para execução das despesas de Canaã dos Carajás. Na Tabela 3 destacam-se os principais projetos emblemáticos.

Assim como no ano anterior, em 2023 a categoria de Usos Incomuns teve como principais projetos emblemáticos aqueles ligados à manutenção da máquina pública, com pouca clareza quanto aos reais benefícios para a população. Nesta categoria, os projetos foram os seguintes: “Convênios/Termos de Cooperação e Termos de Fomento entre entidades públicas e privadas e entidades governamentais e não governamentais” (R\$ 38,6 milhões), “Manter a Secretaria Municipal de Administração” (R\$ 4,3 milhões) e “Amortização da Dívida” (R\$ 2,5 milhões).

Apesar das variações nos valores recebidos de CFEM, nota-se que não há grandes alterações na formatação do orçamento municipal, apresentando como pontos comuns os mesmos problemas identificados nos anos anteriores. Exemplos são os projetos de realização de convênios e amortização das dívidas, que seguiram a mesma lógica de 2022. Junta-se a essa lógica de execução orçamentária o projeto de Manutenção da Secretaria de Administração, que, em 2023, alocou uma grande quantidade de recursos da fonte CFEM para pagamentos de faturas de água/esgoto, fatura de energia e compra de materiais de expediente. Isso reforça, mais uma vez, a má gestão dos recursos desta fonte, utilizados principalmente para a manutenção da máquina pública e seguindo a tendência de desvirtuar o sentido e objetivo deste tipo de recurso para o futuro das finanças do município.

Na categoria Diversificação Econômica, os projetos estão ligados principalmente à agricultura. Os projetos selecionados foram: “Programa Municipal de Desenvolvimento do Campo - PROCAMPO (Exceto PROCAMPO Grãos e Mandioca)” (R\$12,6 milhões); “Manter o PROCAMPO - Produção de Grãos e Mandioca” (R\$6,1 milhões); “Manter a Agricultura Familiar” (R\$983,9 mil); “Verticalizar Cadeias Produtivas Primárias” (R\$337,9 mil); “Manter o Programa Município Sustentável” (R\$150,6 mil); “Manter a Economia Popular Solidária - EPS” (R\$109,8 mil); e “Manter o Programa Geração de Emprego e Renda” (R\$14 mil).

Tabela 3 - Despesas emblemáticas por projeto em Canaã dos Carajás, 2023

Dimensão	Função	Projeto/Atividade	Valor (R\$)	Part.	
Usos incomuns	Administração	Convênios/Termos de Cooperação e Termos de Fomento entre entidades públicas e privadas e entidades governamentais e não governamentais	38,6 milhões	4,2%	
		Manter a Secretaria Municipal de Administração	4,3 milhões	0,5%	
		Amortização da Dívida	2,5 milhões	0,3%	
Diversificação Econômica	Agricultura	Programa Municipal de Desenvolvimento do Campo- PROCAMPO (Exceto PROCAMPO Grãos e Mandioca)	12,6 milhões	1,4%	
		Manter o PROCAMPO-Produção de Grãos e Mandioca	6,1 milhões	0,7%	
		Manter a Agricultura Familiar	983,9 mil	0,1%	
	Administração	Verticalizar Cadeias Produtivas Primárias	337,9 mil	0,0%	
		Manter o Programa Município Sustentável	150,6 mil	0,0%	
		Assistência Social	Manter a Economia Popular Solidária - EPS	109,8 mil	0,0%
		Comércio e Serviços	Manter o Programa Geração de Emprego e Renda	14,0 mil	0,0%
Direitos Humanos	Assistência Social	Manter o Programa Municipal de Incentivo à Permanência no Ensino Superior	459,4 mil	0,1%	
		Manter o Programa Renda Canaã	343,8 mil	0,0%	
		Manter a Política de Segurança Alimentar e Nutricional	257,2 mil	0,0%	
		Manter Os Serviços Ofertados Pelo Conselho Tutelar	19,0 mil	0,0%	
Infraestrutura	Urbanismo	Construir, Ampliar e Pavimentar Estradas e Rodovias – Construindo o Amanhã	101,8 milhões	11,0%	
		Ampliar a Pavimentação Asfáltica-Asfalto no Campo	73,8 milhões	8,0%	
		Ampliar a Pavimentação Asfáltica- Asfalto Canaã	47,8 milhões	5,1%	
		Construir Calçadas Públicas	44,5 milhões	4,8%	
		Manter o Programa Asfalto Canaã	40,0 milhões	4,3%	
		Manter o Programa Asfalto no Campo	28,1 milhões	3,0%	
		Manter os Serviços de Limpeza Pública	16,7 milhões	1,8%	

Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Canaã dos Carajás (2024).

Assim como em 2022, os projetos do PROCAMPO aparecem nesta análise. O primeiro deles é o PROCAMPO - Produção de Grãos e Mandioca, que, segundo a Lei Orçamentária Anual, visa incentivar a produção de grãos, principalmente soja, bem como verticalizar as produções de soja e

mandioca através da construção de silos e incentivo à agroindústria de produção de farinha e rações. No entanto, o que se apresenta no histórico de pagamentos do projeto são atividades auxiliares com pouca relação com o objetivo geral do projeto.

Os outros projetos vinculados ao PROCAMPO estão relacionados a diversas culturas agrícolas (apicultura, avicultura, bovinocultura, fruticultura, entre outras), dando a impressão, em um primeiro momento, de que os recursos empregados dinamizam e diversificam parte da economia do município. No entanto, ao analisar o histórico e a descrição dos pagamentos ligados a esses projetos, nota-se que os recursos foram empregados, em sua maioria, para locação de veículos, maquinários e aquisição de combustível, o que demonstra que o emprego dos recursos guarda pouca relação com a atividade-fim, que é o desenvolvimento das culturas.

Já os demais projetos desta categoria apresentam importantes alternativas para a economia municipal, com eixos de atuação principalmente ligados à qualificação de capital humano e verticalização de produção e sustentabilidade. No entanto, esses projetos não receberam a devida atenção quanto à alocação dos recursos, recebendo menos recursos que o projeto de manutenção da Secretaria de Administração, por exemplo. Esse fato explicita, mais uma vez, as escolhas políticas dos gestores municipais em não priorizar no orçamento municipal projetos que dinamizem a economia municipal e mudem a rota das estruturas produtivas.

Em relação aos projetos da dimensão Direitos Humanos, destaca-se que, apesar da importância dos projetos desta área, nota-se um baixo nível de destinação de recursos para esses projetos: “Manter o Programa Municipal de Incentivo à Permanência no Ensino Superior” (R\$459,4 mil), “Manter o Programa Renda Canaã” (R\$343,8 mil), “Manter a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (R\$257,2 mil) e “Manter Os Serviços Ofertados Pelo Conselho Tutelar (R\$19 mil). Os projetos desta categoria podem ser pontuados como aqueles que atendem as necessidades a curto prazo, ou seja, necessidades mais emergenciais como transferência de renda como são os casos de incentivo a permanência nos cursos superiores e programa Renda Canaã. Destaca-se também a importância do programa de segurança alimentar, visto que este pode mitigar as vulnerabilidades. Entretanto, os projetos receberam pouca importância no desenho do orçamento público do município.

Por fim, a categoria Infraestrutura, mais uma vez, foi aquela com que deteve os maiores valores de recursos advindos da fonte CFEM. Em 2023 os projetos emblemáticos foram: “Construir, Ampliar e Pavimentar Estradas e Rodovias - Construindo o Amanhã” (R\$101,8 milhões), “Ampliar a Pavimentação Asfáltica-Asfalto no Campo” (R\$73,8 milhões), “Ampliar a Pavimentação Asfáltica - Asfalta Canaã” (R\$47,8 milhões), “Construir Calçadas Públicas (R\$44,5 milhões), “Manter O Programa Asfalta Canaã” (R\$40,0 milhões), “Manter o Programa Asfalto no Campo” (R\$28,1 milhões) e “Manter os Serviços de Limpeza Pública” (R\$16,7 milhões).

Como se observa na Tabela 3, com exceção de dois projetos, um que se destina a construir calçadas públicas e outro que trata da limpeza urbana, os demais projetos desta categoria se destinam a ampliação e manutenção de pavimentação asfáltica no município, destinando aproximadamente R\$291,5 milhões em recursos, o que corresponde a 31,3% de toda CFEM disponível para prefeitura de Canaã dos Carajás em 2023. Um ponto que chama bastante atenção, se deve ao fato de nos anos anteriores, o município também destinar uma quantidade bastante significativa para projetos ligados a pavimentação asfáltica.

5.3 Algumas considerações

Segundo maior arrecadador de CFEM do Brasil, Canaã dos Carajás recebeu o equivalente a R\$759,0 milhões e R\$445,7 milhões nos anos de 2022 e 2023, respectivamente. Contudo, é possível notar que, nos dois anos analisados, a execução das despesas superou os valores recebidos de CFEM, sendo as despesas de R\$950,5 milhões em 2022 e R\$928,4 milhões em 2023. O excedente de CFEM utilizado nos dois anos de análise pode ser explicado pelo quantitativo de CFEM que restou de anos anteriores, não sendo possível identificar com clareza nas leis e execuções orçamentárias quais os valores repassados de um ano para o outro.

Apesar de ter diminuído o seu percentual em relação às receitas correntes nos dois anos analisados, a fonte CFEM ainda contribui com uma fatia importante do orçamento do município de Canaã dos Carajás, sendo 46% em 2022 e 23% em 2023, tornando importante verificar de que forma se dá a execução das despesas orçamentárias do município. A análise dos gastos com a fonte CFEM em 2022 e 2023 aponta uma continuidade no modelo de execução orçamentária no município, evidenciando a priorização de projetos de manutenção da máquina pública. Até mesmo na categoria de Direitos Humanos, que poderia ampliar serviços de bem-estar à população, nota-se também uma ampliação com gastos de infraestrutura, que a cada ano recebe quantidades significativas de recursos desta fonte. Isso pode comprometer os gastos futuros com esse tipo de projeto, já que esses gastos atualmente dependem de financiamento de uma fonte finita e os gastos com outras atividades que gerem fontes sustentáveis de financiamento não são priorizadas no presente.

Foi possível perceber também a disparidade na divisão dos recursos entre os diferentes projetos, alguns recebendo grandes quantidades de recursos e outros recebendo valores mínimos, como é o caso dos projetos Convênio/Termos de Cooperação e Termos de Fomento, que nos dois anos recebeu R\$ 66,2 milhões, em detrimento do projeto Manter o Programa de Geração de Emprego e Renda, que recebeu R\$ 88,8 mil no mesmo período. Quando comparado aos valores da dimensão Infraestrutura, essa discrepância é ainda mais evidente. Nesta dimensão, a maioria dos projetos estavam ligados à pavimentação e detiveram o maior volume de recursos. Por exemplo, os projetos

direcionados a manter, construir e ampliar a pavimentação de estradas e rodovias totalizaram valores de mais de R\$ 252 milhões em 2022 e R\$ 291 milhões em 2023.

6. Orçamento público em Parauapebas (PA)

O município de Parauapebas, localizado a 645 km da capital Belém, com uma área territorial de 6.885.794 km² e uma população de 267.836 mil habitantes segundo o Censo demográfico de 2022, foi alçado à categoria de município no ano de 1988, após ser desmembrado do município de Marabá (IBGE, 2024).

Nos últimos anos o município tem se consolidado como o de maior força econômica do estado do Pará, puxado principalmente pela extração mineral, uma vez que o “setor industrial” corresponde a 84,1% do Valor Adicionado Bruto da economia municipal. Levando em consideração o Produto Interno Bruto (PIB) de 2021, o município foi o número um do estado, apresentando PIB de R\$49,8 bilhões, o que representa 18,9% do PIB estadual. (FAPESPA, 2023).

Tendo ferro e níquel como principais minerais explorados e as empresas Vale S.A e Rio Minas Mineração S.A como principais exploradoras, o município de Parauapebas recebe CFEM por ser um município minerado e afetado pela mineração. Por mais de duas décadas a CFEM têm se mostrado como uma importante fonte de recursos da prefeitura municipal e nos anos de 2022 e 2023 esses recursos contribuíram, respectivamente, com 33% e 26% das receitas correntes do município.

6.1 Parauapebas: despesas com a CFEM em 2022

O município de Parauapebas há bastante tempo tem ocupado o posto de maior recebedor de recursos da fonte CFEM do país, neste sentido, dada a importância e a característica finita desses recursos é de suma importância analisar a destinação e utilização dessas receitas. Na Tabela 4, se observa alguns projetos emblemáticos na execução de despesas do ano de 2022, agrupados em quatro dimensões: Usos Incomuns, Diversificação Econômica, Direitos Humanos e Infraestrutura. A tabela também apresenta os valores totais gastos em cada projeto, bem como sua participação (%) em relação ao total das despesas financiadas com recursos da CFEM.

Na categoria Usos Incomuns, os projetos selecionados foram: “Desapropriação e Indenização de Imóveis de Interesse Público” (R\$80,6 milhões), “Manutenção da Secretaria de Serviços Urbanos” (R\$44,0 milhões), “Manutenção da Secretaria Especial de Governo” (R\$13,3 milhões), “Manutenção da Secretaria de Turismo” (R\$8,7 milhões), “Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Turismo - FUNTUR” (R\$6,4 milhões), “Manutenção da Secretaria de Mineração, Energia e Ciência e Tecnologia” (R\$1,4 milhões) e “Gestão do Veículo de Comunicação Institucional” (R\$609,7 mil).

Como observado, os projetos selecionados estão alocados em diferentes funções orçamentárias, mas a maioria deles tem caráter de manutenção da máquina pública, ou seja, tem pouca ou nenhuma capacidade de dinamizar as estruturas produtivas do município. Um projeto que merece destaque e chama bastante atenção nesta categoria é o de “Desapropriação e Indenização de Imóveis de Interesse Público”, que recebeu aproximadamente R\$80,6 milhões. Nas descrições das leis orçamentárias do município, esse projeto tem o objetivo de suprir as lacunas de déficit habitacional das pessoas de baixa renda. Nesse sentido, torna-se importante verificar se essas ações se efetivaram ou não. Outro ponto relevante é que o histórico de pagamentos dessas aquisições se destina principalmente a três grandes empresas imobiliárias, levantando um alerta para questões relacionadas à especulação imobiliária, muito presente em cidades mineradas.

Os demais projetos desta categoria destinam a maior parte dos recursos na aquisição de materiais de expediente e escritório, bem como na manutenção dos fundos para despesas diárias e demais despesas correntes.

Tabela 4 - Despesas emblemáticas por projeto em Parauapebas, 2022

Dimensão	Função	Projeto/Atividade	Valor (R\$)	Part.
Usos incomuns	Habituação	Desapropriação e Indenização de Imóveis de Interesse Públicos	80,6 milhões	7,1%
	Urbanismo	Manutenção da Secretaria de Serviços Urbanos	44,0 milhões	3,9%
	Administração	Manutenção da Secretaria Especial de Governo	13,3 milhões	1,0%
	Comércio e Serviços	Manutenção da Secretaria de Turismo	8,7 milhões	0,6%
	Comércio e Serviços	Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Turismo - FUNTUR	6,4 milhões	0,5%
	Administração	Manutenção da Secretaria de Mineração, Energia, Ciência e Tecnologia	1,4 milhão	0,1%
	Administração	Gestão do Veículo de Comunicação Institucional	609,7 mil	0,0%
Diversificação Econômica	Agricultura	Estruturação, Reforma e Manutenção do Centro de Tecnologia da Agricultura Familiar -CETAF	1,5 milhão	0,1%
	Agricultura	Fomento à Produção de Não Ruminantes	482,2 mil	0,0%
	Agricultura	Fortalecimento do Centro de Tecnologia da Agricultura Familiar - CETAF	451,1 mil	0,0%
	Comércio e Serviços	Manutenção do Banco do Povo	102,0 mil	0,0%
	Agricultura	Incentivo ao Desenvolvimento Econômico Popular e Solidário	100,1 mil	0,0%
Direitos Humanos	Saúde	Investimento em Saúde	2,2 milhões	0,2%
Infraestrutura	Transporte	Abertura, Recuperação, Manutenção de Vias na Zona Urbana	66,8 milhões	4,8%
	Urbanismo	Ampliação e Manutenção do Sistema de Limpeza Pública – Zona Urbana e Rural	48,2 milhões	4,2%
	Transporte	Abertura e Manutenção de Via Não Pavimentada na Zona Rural	47,4 milhões	3,4%

Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Parauapebas (2024).

Levando em conta o caráter finito dos recursos advindos da mineração, como é o caso da CFEM, as melhores práticas orçamentárias sugerem que esses recursos sejam aplicados em atividades que diminuam a dependência da atividade mineral. Nesse sentido, na categoria Diversificação Econômica, apresenta-se alguns projetos emblemáticos que apontam nessa direção, mas que, no entanto, não obtiveram grande volume de recursos. Os principais projetos nessa categoria foram: “Estruturação, Reforma e Manutenção do Centro de Tecnologia da Agricultura Familiar - CETAF” (R\$1,5 milhões); “Fomento à Produção de Não-Ruminantes” (R\$482,2 mil); “Fortalecimento do CETAF” (R\$451,1 mil); “Manutenção do Banco do Povo” (R\$102,0 mil); e “Incentivo ao Desenvolvimento Econômico Popular” (R\$100,1 mil).

Apesar de demonstrarem potencial para dinamizar a economia local, os projetos selecionados não possuem maiores detalhamentos nas leis orçamentárias quanto aos desdobramentos de sua implementação, não evidenciando, portanto, quais são as verdadeiras ações a serem executadas. Outro problema que pode ser notado são os montantes de recursos destinados a essas ações. A título de exemplo, o somatório dos valores destinados aos projetos da categoria Diversificação Econômica, demonstrados na Tabela 4, foi menor que os recursos destinados à manutenção do Gabinete do Prefeito (R\$23,0 milhões).

Outra dimensão importante analisada trata dos Direitos Humanos. Neste caso, foi selecionado um único projeto, o “Investimento em Saúde” (R\$2,2 milhões), que teve como principal destinação os gastos para a construção de uma Unidade Básica de Saúde, além de valores para a compra de veículo para utilização desta secretaria. O projeto mostrado nessa categoria, sem sombra de dúvidas, é de extrema importância para a população local, mas não chega aos R\$23 milhões gastos no Gabinete do Prefeito. Além disso, há uma ressalva a ser feita: a função Saúde possui recursos federais garantidos por leis constitucionais, recebendo transferências da União por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Por essa razão e por ser de natureza finita, os recursos da CFEM devem servir de complemento aos recursos destinados pela União, não devendo ser tratados como principal fonte de financiamento, já que se caracterizam como uma fonte transitória.

Por fim, a última categoria analisada foram os projetos de Infraestrutura. Assim como em anos anteriores, essa categoria foi a que mais recebeu recursos da CFEM. Os projetos selecionados dessa categoria receberam pouco mais de R\$158,4 milhões, o que corresponde a aproximadamente 13,9% de todos os recursos disponíveis da CFEM no ano de 2022. Os projetos desta categoria foram: “Abertura, Recuperação e Manutenção de Vias na Zona Urbana” (R\$66,8 milhões), “Ampliação e Manutenção do Sistema de Limpeza Pública – Zona Urbana e Rural” (R\$48,2 milhões) e “Abertura e Manutenção de Vias Não Pavimentadas na Zona Rural” (R\$47,4 milhões).

Destaca-se que o recebimento da CFEM representa uma excelente janela de oportunidades para que os municípios beneficiados construam infraestruturas de natureza duradoura, dadas as características finitas dessa fonte de recursos. Porém, é importante destacar que, no ano de 2022, a ampliação dos serviços de limpeza pública foi contratada de forma emergencial, ou seja, sem exigência de licitação, o que não está de acordo com as boas práticas da administração pública, podendo gerar certos vícios na contratação desses serviços. Outro ponto que deve ser analisado com atenção são os diversos reajustes nos contratos de manutenção e pavimentação de vias e estradas, que sofreram diversos ajustamentos de preços ao longo do ano.

6.2 Parauapebas: despesas com a CFEM em 2023

Na Tabela 5 são apresentados os projetos emblemáticos do ano de 2023. Na categoria Usos Incomuns, novamente fica evidente a priorização de projetos para a manutenção da máquina pública. Os projetos considerados emblemáticos foram: “Manutenção da Secretaria Especial de Governo” (R\$48,1 milhões); “Ampliação e Manutenção do Sistema Público de Limpeza Urbana e Rural” (R\$46,6 milhões); “Desapropriação e Indenização de Imóveis de Interesse Público” (R\$43,7 milhões); “Manutenção do Gabinete do Prefeito” (R\$10,7 milhões); e “Manutenção da Secretaria Municipal de Mineração, Energia e Ciência e Tecnologia” (R\$2,8 milhões).

Como se observa na Tabela 5, a categoria de projetos da dimensão Usos Incomuns tem se mostrado um grande ponto de atenção na execução das despesas (assim como Infraestrutura), não só pelo volume de recursos da fonte CFEM destinados a esses projetos, mas também pela forma como esses recursos são empregados. Com maior destaque para os quatro primeiros projetos desta categoria, é possível, mais uma vez, observar o uso indiscriminado dos recursos disponíveis. A título de exemplo, o projeto de manutenção da Secretaria Especial de Governo teve como principais gastos: auxílios alimentação para servidores comissionados, concessão de diárias a servidores em viagem, gerenciamento e fornecimento de combustíveis e pagamento de auxílio transporte para servidores comissionados. Nesse sentido, não é possível perceber pelo histórico de gastos desse projeto como ele dialoga com as reais necessidades da população do município.

Cabe destacar, além disso, que os demais projetos da categoria também possuem histórico de pagamentos pouco alinhados com as demandas da população, distanciando-se das boas práticas de administração pública. Nessa linha, identifica-se a utilização dos recursos para pagamentos de indenizações por desapropriação, contratação sem licitação de empresa para limpeza pública, fundos para compra de passagens aéreas e até mesmo a manutenção da

Secretaria de Mineração, algo visto como ilógico, já que as atividades minerais no município são majoritariamente conduzidas pela iniciativa privada. Destaca-se ainda que, além dos projetos citados, há uma grande quantidade de outros projetos vistos como problemáticos do ponto de vista da utilização dos recursos, não sendo possível apresentar todos eles nesta pesquisa.

Tabela 5 - Despesas emblemáticas por projeto em Parauapebas, 2023

Dimensão	Função	Projeto/Atividade	Valor (R\$)	Part.
Usos incomuns	Administração	Manutenção da Secretaria Especial de Governo	48,1 milhões	5,9%
	Urbanismo	Ampliação e Manutenção do Sistema de Limpeza Pública Urbana e Rural	46,6 milhões	5,7%
	Habitação	Desapropriação e Indenização de Imóveis de Interesse Público	43,7 milhões	5,3%
	Administração	Manutenção do Gabinete do Prefeito	10,7 milhões	1,3%
	Administração	Manutenção da Secretaria de Mineração, Energia e Ciência e Tecnologia	2,8 milhões	0,3%
Diversificação Econômica	Agricultura	Desenvolvimento de Produção Vegetal Sustentável	2,9 milhões	0,4%
	Comércio e Serviços	Gestão do Programa de Desenvolvimento Profissional	1,4 milhão	0,2%
	Agricultura	Estruturação, Reforma e Manutenção do Centro de Tecnologia da Agricultura Familiar -CETAF	328,6 mil	0,0%
	Comércio e Serviços	Manutenção dos Polos de Desenvolvimento	110,1 mil	0,0%
	Agricultura	Fortalecimento do CETAF	102,5 mil	0,0%
	Comércio e Serviços	Gestão do Programa de Intermediação de Mão de Obra	57,1 mil	0,0%
Direitos Humanos	Saúde	Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II	990,5 mil	0,1%
	Assistência Social	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	815,5 mil	0,1%
	Educação	Construção, Recuperação e Ampliação de Equipamentos de Unidades de Creche	489,0 mil	0,0%
	Educação	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil/Pré-escola	429,2 mil	0,0%
	Assistência Social	Manutenção do Programa Gira Renda	60,0 mil	0,0%
Infraestrutura	Transporte	Abertura, Recuperação, Manutenção de Vias na Zona Urbana	54,1 milhões	6,6%
	Urbanismo	Reforma e Manutenção de Praças e Logradouros Públicos	37,7 milhões	4,6%
	Transporte	Abertura e Manutenção de Via Não Pavimentada na Zona Rural	30,1 milhões	3,7%
	Transporte	Transporte Urbano Público de Passageiros	1,2 milhão	0,2%

Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Parauapebas (2024).

Na categoria Diversificação Econômica, foram apontados seis projetos emblemáticos, chamando a atenção que o somatório dos valores desses projetos não atinge um quarto dos valores destinados a apenas um projeto da categoria Usos Incomuns, que é a “Manutenção da Secretaria Especial de Governo” (R\$48,1 milhões). Isso deixa claro as prioridades do poder público nas escolhas políticas do orçamento municipal. Os projetos desta categoria foram: “Desenvolvimento de Produção Vegetal

Sustentável” (R\$2,9 milhões), “Gestão do Programa de Desenvolvimento Profissional” (R\$1,4 milhões), “Estruturação, Reforma e Manutenção do Centro de Tecnologia da Agricultura Familiar - CETAF” (R\$328,6 mil), “Manutenção dos Polos de Desenvolvimento” (R\$110,1 mil), “Fortalecimento do CETAF” (R\$102,5 mil) e “Gestão do Programa de Intermediação de Mão de Obra” (R\$57,1 mil).

Observando os projetos selecionados, fica claro que, mesmo dentro da própria categoria, é dada mais ênfase a projetos de construção e reforma, bem como à manutenção de projetos e programas, em detrimento daqueles de desenvolvimento produtivo e qualificação do capital humano. Há, mais uma vez, pouca sintonia com ações que dinamizam a economia municipal para além das atividades ligadas à extração mineral.

A categoria Direitos Humanos destaca os projetos que visam atender as necessidades mais básicas da população do município, principalmente relacionadas à assistência social, educação e saúde. No ano de 2023, os projetos selecionados nesta categoria são: “Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II” (R\$990,5 mil), “Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente” (R\$815,5 mil), “Construção, Recuperação e Ampliação de Equipamentos de Unidades de Creche” (R\$489,0 mil), “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil/Pré-Escola” (R\$429,2 mil) e “Manutenção do Programa Gira Renda” (R\$60 mil).

Como fica evidente na descrição dos projetos escolhidos, os gastos com esses projetos têm um maior caráter de manutenção do que de expansão e melhoria dos serviços ofertados, ou seja, não levam em consideração a elevação do número de habitantes nem mesmo um possível crescimento da demanda por esses serviços públicos. Um outro ponto que não pode ser deixado de lado, é que assim como no anterior, os gastos nesta dimensão se destinam a alguns projetos que possuem asseguradas fontes de financiamento por meio de transferências constitucionais, garantindo duas fontes de financiamentos para esses projetos: via CFEM e transferências da União. Mesmo assim, a quantidade de recursos para estas áreas não condiz com a quantidade de recursos disponíveis.

Um dos projetos desta categoria chamou ainda mais atenção, trata-se do Projeto Gira Renda, que no ano de 2022 teve R\$8,7 milhões disponibilizados pela fonte CFEM, já no ano de 2023 contou com apenas R\$ 60 mil reais para a manutenção deste projeto. Esta variação, claramente, aponta uma descontinuidade em um projeto com potencial para amenizar a vulnerabilidade social da população. Este projeto tem o objetivo de distribuir renda para a população em vulnerabilidade social e foi criado pelo próprio município, o que possibilita uma maior autonomia quanto a execução e definição da fonte de financiamento, bem como, permite a proximidade dos executores da política com os beneficiários da mesma, o que torna viável um melhor acompanhamento e a correção de possíveis falhas desta política pública.

Por fim, destaca que os projetos da categoria Infraestrutura, também no ano de 2023, obtiveram maior volume de recursos, seguindo a tendência de aplicação da CFEM nesta categoria ao longo dos anos. Os projetos emblemáticos listados foram “Abertura, Recuperação, Manutenção e Pavimentação de vias na Zona Urbana” (R\$54,1 milhões), “Reforma e Manutenção de Praças e Logradouros Públicos” (R\$37,7 milhões), “Abertura e Manutenção de Via não Pavimentada na Zona Rural” (R\$30,1 milhões) e “Transporte Urbano Público de Passageiros” (R\$1,2 milhões).

Os projetos desta categoria receberam aproximadamente R\$123,1 milhões de recursos da fonte CFEM, ou seja, uma parte significativa dos recursos disponíveis, deixando claro se tratar de uma área prioritária na destinação dos recursos da fonte CFEM. Mas, isto liga uma alerta para a importância de projetos que sejam sustentáveis e que tenham foco no longo prazo, já que são financiados com recursos de uma fonte finita. Cabe destacar mais uma vez, a grande utilização de recursos para a recuperação e manutenção de vias, tanto com pavimento asfáltico como não-asfáltico, dando a impressão que há uma necessidade infinita deste tipo de obras no município, dado o histórico de gastos com essa atividade nos últimos anos.

Um outro destaque a se fazer sobre os projetos emblemáticos dessa categoria, leva em conta o projeto “Transporte Urbano Público de passageiros”. Foi possível notar, conforme o histórico de pagamentos do projeto, que os recursos destinados a essa atividade são repassados para as Cooperativas de Transporte coletivo do município conforme a [Lei N°5.071/2022](#), que estabelece que essas empresas devem prestar contas dos valores recebidos através de um relatório com as quantidades de passageiros que se utilizam das gratuidades no transporte público. Salienta-se que devido à quantidade dos recursos empregados nesse projeto, seria de suma importância um maior controle sobre a utilização dos recursos, dada a fragilidade das regras de repasse desses valores, bem como, a devida análise da qualidade do transporte utilizado, mas também a verificação de que realmente os passageiros estejam utilizando às gratuidades no transporte, assim como estabelece a lei municipal.

6.3 Algumas considerações

O acompanhamento do orçamento público de qualquer município é de suma importância, no caso dos municípios que recebem CFEM essa análise é mais importante ainda, dados os valores envolvidos e o caráter transitório desta fonte de recursos. Se tratando do município de Parauapebas pode ser destacado dois fatos, o primeiro é o fato de ser o município que arrecada o maior volume de recursos advindos da CFEM, tendo como receitas R\$941,5 milhões em 2022 e R\$504,1 milhões em 2023. O segundo fato foi a redução dos valores arrecadados com a fonte CFEM, que passaram a representar 36% e 18% das receitas correntes em 2022 e 2023 respectivamente, este fato está ligado

principalmente a conjuntura do mercado de minerais, mostrando o quão relevante é traçar alternativas frente a um recurso instável e finito.

Neste sentido, a análise da execução das despesas nos anos 2022 e 2023 permitiu fazer algumas considerações. No ano de 2022 o município gastou mais que arrecadou com essa fonte, com as despesas ficando na casa de R\$1,1 bilhões, já no ano de 2023 as despesas foram R\$819,5 milhões superando em muito os valores arrecadados com esta fonte. Assim como no caso de Canaã dos Carajás, este fato pode ser explicado pelos valores de CFEM não gastos em anos anteriores e que foram repassados para os anos consecutivos.

Uma outra consideração a se fazer, já notória e repetida ao longo das análises feitas por este projeto, é a tendência observada nos municípios que recebem CFEM. Frequentemente, os recursos dessa fonte são utilizados para a manutenção da máquina pública e ampliação dos gastos de manutenção de infraestrutura, em detrimento de projetos de diversificação econômica, direitos humanos e até mesmo da criação de um fundo de exaustão. Este fundo poderia possibilitar a redução da dependência em relação à atividade mineral.

Fazendo um comparativo dos valores recebidos pelos diferentes projetos ao longo do período analisado, é possível observar a discrepância entre os valores, principalmente dos projetos das dimensões Usos incomuns e Infraestrutura em relação aos projetos de diversificação econômica. Como fica evidente, os seguintes projetos receberam uma quantidade volumosa de recursos no período: Desapropriação e Indenização de imóveis (R\$128,7 milhões), Abertura, Recuperação e Manutenção de vias (R\$120,9 milhões), Ampliação do Sistema Público de Limpeza (R\$90,8 milhões) e Manutenção da Secretaria Especial de Governo (R\$61,4 milhões). Enquanto isto, os projetos das dimensões Diversificação Econômica e Direitos Humanos receberam quantidades bem menores de recursos: Investimento em Saúde (R\$2,2 milhões), Manutenção dos polos de desenvolvimento (R\$110,1 mil), Incentivo ao Desenvolvimento econômico popular solidário (R\$100,1 mil) e Manutenção do Programa Gira renda (R\$60,0 mil). Ficando evidente assim, uma distribuição altamente desigual entre os diferentes projetos no desenho do orçamento municipal.

7. Orçamento público em Conceição do Mato Dentro (MG)

Com uma população de 23.163 habitantes, segundo o último censo (2022), o município de Conceição do Mato Dentro está localizado a cerca de 160 km da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. A história do município remonta à corrida pelo ouro, assim como muitos municípios de Minas Gerais. Em 1840, o município de Conceição foi criado em terras desmembradas do município de Serro, mas só viria a ser emancipado em 1842. A história do território tem suas bases na mineração, além de uma economia bastante influenciada por essa atividade.

Desde 2014, o município abriga um dos maiores projetos de mineração do mundo, o empreendimento Minas-Rio, da empresa Anglo American. No primeiro semestre de 2024, Anglo American e Vale S.A. assinaram um acordo que promete aumentar ainda mais a extração de minério de ferro. Desde o início das operações do projeto Minas-Rio, o município passou a se destacar economicamente pela exploração de minério de ferro. A arrecadação de CFEM do município provém predominantemente do minério de ferro, com a empresa Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. Conceição do Mato Dentro ainda conta com a extração de quartzito e areia, através de duas empresas diferentes, mas com um valor relativamente baixo, que em 2023 não chegou a contribuir com R\$ 500 na arrecadação de CFEM.

Atualmente, o município ocupa a 3ª posição no ranking dos maiores arrecadadores de CFEM do país, com significativa relevância dos *royalties* na composição da receita. Em 2022, 42% da receita do município era constituída pela CFEM, em 2023 esse percentual caiu para 35%. Em 2021, a participação da CFEM na receita chegou a 71%.

De modo a observar como este recurso tem sido gasto, nas subseções seguintes, a pesquisa analisa os principais projetos emblemáticos do município.

7.1 Conceição do Mato Dentro: despesas com a CFEM em 2022

Na Tabela 6, são apresentados alguns projetos para os quais a CFEM foi direcionada. Esses projetos foram escolhidos levando em consideração a finalidade do projeto e o volume de CFEM alocados para cada um deles. Os projetos estão categorizados em quatro grupos: Usos Incomuns, Diversificação Econômica, Direitos Humanos e Infraestrutura. A tabela também apresenta os valores totais gastos em cada projeto, bem como sua participação (%) em relação ao total das despesas financiadas com recursos da CFEM.

Em Usos Incomuns, quatro projetos se destacaram: “Manutenção das Atividades do Departamento de Eventos”, da função Comércio e Serviços; “Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP”, da função Encargos Especiais; “Manutenção das Atividades da Secretaria do Meio Ambiente”, da função Gestão Ambiental; e “Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico”, da função Administração. A atividade “Manutenção das Atividades do Departamento de Eventos”, no valor de R\$ 10,4 milhões, tem como finalidade manter as atividades do setor e apesar de estar associado a Comércio e Serviços, sua finalidade indica que foi um recurso destinado à manutenção da máquina pública, uma vez que está associada a atividades administrativas.

O projeto “Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP”, no valor de R\$ 2,4 milhões, tem como finalidade cobrir despesas com contribuições para o

PASEP. Esse programa, criado pela Lei Complementar Nº 8 de 1970, garantia que os servidores públicos tivessem participação na arrecadação da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, art. 239, os recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP passaram a ser alocados no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e esse custeia posteriormente o Programa do Seguro Desemprego, do Abono Salarial e para financiamento de programas por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Levando em consideração as características finitas da CFEM, aqui se questiona se esta fonte seria a melhor opção para essa ação que não retorna em forma de bens e serviços à população.

Tabela 6 - Despesas emblemáticas por projeto em Conceição do Mato Dentro, 2022

Dimensão	Função	Projeto/Atividade	Valor (R\$)	Part.
Usos incomuns	Comércio e Serviços	Manutenção das Atividades do Departamento de Eventos	10,4 milhões	4,3%
	Encargos Especiais	Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	2,4 milhões	1,0%
	Gestão Ambiental	Manutenção das Atividades da Secretaria do Meio Ambiente	2,3 milhões	1,0%
	Administração	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	1,1 milhão	0,5%
Diversificação Econômica	Agricultura	Programa de Apoio a Pequenos Produtores	950 mil	0,4%
	Trabalho	Manutenção do Fundo Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável - FUMDEDS	0	0,0%
		Implantação do Ecoparque Industrial e Empresarial	0,00	0,0%
Direitos Humanos	Educação	Manutenção das Atividades das Escolas Municipais	651,5 mil	0,3%
		Manutenção das Atividades de Apoio Operacional	45,5 mil	0,02%
		Manutenção das Atividades de Escolas e Creches	582,6 mil	0,2%
		Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	3,2 milhões	1,4%
	Habitação	Construção Ampliação e Reforma do Programa Habitacional Casa Nova	1,2 milhão	0,5%
Infraestrutura	Urbanismo	Ampliação da Malha Viária	99,8 milhões	41,2%
		Manutenção da Malha Viária	27,6 milhões	11,4%
		Manutenção dos Equipamentos Urbanos	28,4 milhões	11,8%

Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Conceição do Mato Dentro (2024).

Ainda em Usos Incomuns, os projetos de manutenção de secretarias destacados na Tabela 6, somam juntos R\$3,4 milhões, e direcionam recursos para a manutenção de atividades administrativas. Logo, não são projetos que oferecem à população um benefício ou uma melhoria, mas que tem por finalidade, segundo o Plano Plurianual (PPA) vigente, manter as atividades dessas secretarias.

Em Diversificação Econômica, o projeto “Programa de Apoio a Pequenos Produtores”, com finalidade de manter as atividades de apoio aos pequenos produtores do município, recebeu o valor de R\$ 950 mil, inferior ao somatório dos projetos mencionados anteriormente. Projetos como este representam um potencial econômico de geração de emprego e renda para pessoas do campo, e uma alternativa às atividades de mineração.

Na função Trabalho, dois projetos chamaram atenção devido à capacidade de desenvolver a economia presente e futura, mas que, apesar de constarem na relação de despesas, não foi atribuído valor algum. São eles: “Manutenção do Fundo Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável – FUMDEDS”, que tem como finalidade manter as atividades do fundo. Destaca-se que o FUMDEDS busca diversificar a economia, sendo direcionado, por lei (Lei Nº 2.175 de 2017), no mínimo 20% dos *royalties* ao fundo.

Destaca-se também o projeto “Implantação Eco parque Industrial e Empresarial”. O Eco parque é uma parceria entre a prefeitura de Conceição do Mato Dentro e a empresa Anglo American, ainda em fase de implantação, tem como finalidade criar um espaço sustentável que fortaleça a economia e o empreendedorismo. A diferença entre um parque industrial e um Eco parque industrial é justamente a sustentabilidade. Ou seja, o Eco parque tem a capacidade de combinar o desenvolvimento econômico com o uso eficiente dos recursos naturais finitos, de tal forma que, a longo prazo assegure o uso desses recursos pelas gerações futuras. Pensando no conceito de Eco parque industrial, este deve ser planejado objetivando o desenvolvimento econômico, mas também social e ambiental. De acordo com Nascimento et al. (2006, p. 102):

O modelo de desenvolvimento eco-industrial implica a mudança da forma de planejar, construir e gerenciar os sistemas industriais, em conjunto com o ecossistema, a economia e a sociedade para o benefício mútuo. [...] O sucesso dos parques eco-industriais também está condicionado ao rompimento das barreiras culturais existentes nos negócios: os empresários e governantes precisam reconhecer que os recursos naturais são sistemas vivos que estão se extinguindo [...].

É importante destacar que pode haver divergências entre a teoria e a prática, portanto, não há garantias que o projeto venha a mitigar os impactos ambientais. Pelo contrário, o projeto se torna uma fachada usada para melhorar a imagem pública, através de práticas sustentáveis ineficazes. Como o projeto realmente será executado e quais atividades serão realizadas é o que definirá a real viabilidade

de trabalhar os recursos naturais de forma mais sustentável, equilibrando os interesses econômicos e ambientais, sobretudo, a capacidade de reduzir os impactos ambientais em uma região fortemente influenciada pela mineração.

Na dimensão Direitos Humanos, a função Educação chamou atenção pela discrepância dos valores destinados a quatro projetos. De um lado projetos com baixo orçamento: “Manutenção das Atividades das Escolas Municipais”, no valor de R\$651,5 mil, com finalidade de manter as atividades das escolas municipais; e “Manutenção das Atividades de Escolas e Creches”, no valor de R\$582,6 mil, com finalidade de manter as atividades das escolas e creches do município. Apesar de serem atividades de cunho recorrente de manutenção da máquina pública, são ações capazes de melhorar a qualidade do serviço oferecido aos alunos, além do projeto “Manutenção das Atividades de Apoio Operacional”, no valor de R\$45,5 mil, com finalidade de manter as atividades do setor.

Por outro lado, o projeto “Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação”, no valor de R\$3,2 milhões, chamou atenção pelo valor significativamente superior aos demais, embora também destinado à manutenção da máquina pública. Ainda na dimensão Direitos Humanos, o projeto da função Habitação, “Construção, Ampliação e Reforma do Programa Habitacional Casa Nova”, com finalidade de proporcionar ações de política habitacional, recebeu um repasse de apenas R\$ 1,2 milhão, valor relativamente inferior ao do projeto sobre “Manutenção do Departamento de Eventos”.

Acumulando mais de 60% da CFEM aplicada nas receitas, os projetos relacionados à infraestrutura somaram juntos R\$155,9 milhões. Sendo todos da função Urbanismo, os projetos são os seguintes: “Ampliação da Malha Viária”, no valor de R\$99,8 milhões, com finalidade de melhorar a malha viária nas diversas áreas, suprimindo as carências apresentadas pelo sistema vigente; “Manutenção da Malha Viária”, no valor de R\$27,6 milhões, com a finalidade de manter as atividades de conservação e melhoria da malha viária do município; e “Manutenção dos Equipamentos Urbanos”, no valor de R\$28,4 milhões, com a finalidade de proporcionar atividades de conservação dos equipamentos urbanos do município. Nota-se que os valores são superiores aos projetos da dimensão diversificação econômica e direitos humanos.

7.2 Conceição do Mato Dentro: despesas com a CFEM em 2023

Dando continuidade a análise detalhada das despesas, apresenta-se nesta seção os projetos emblemáticos do ano de 2023. As despesas apresentadas na Tabela 7, enquadradas em Usos Incomuns, apontam um comportamento semelhante ao do ano de 2022. O projeto “Manutenção das Atividades do Departamento de Eventos” continua sendo uma prioridade, recebendo um quantitativo proporcional a 6,69% das despesas com a fonte CFEM. Esse valor envolve despesas com diversos eventos realizados no município, alguns atendendo demandas da Secretaria Municipal de turismo.

Entre os diversos gastos, estão inclusas as despesas com a apresentação dos shows de Ana Castela (R\$390,0 mil), Michel Teló (R\$290,0 mil), e outros shows (R\$960,0 mil) por ocasião da festa de peão de boiadeiro, atendendo às demandas da Secretaria de Turismo. Essa é uma ação que vem se repetindo, pois em 2022 houve a destinação de mais de R\$1 milhão para a contratação do cantor Gustavo Lima (posteriormente cancelada) gerou muitos questionamentos quanto ao uso da CFEM para tais finalidades. Outro ponto de destaque e continuidade em relação ao ano anterior foram as despesas realizadas com a fonte CFEM direcionadas a contribuição para o PASEP, no valor de R\$2,2 milhões, para cobrir despesas com o PASEP ao longo do exercício de 2023.

Na dimensão Diversificação Econômica, em 2023, destacaram-se os mesmos projetos já apresentados em 2022, mas apresentando uma distribuição de recursos diferente para “Programa de Apoio a Pequenos Produtores”, “Manutenção do Fundo Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável - FUMDEDS”, e “Implantação do Eco Parque Industrial e Empresarial”, que receberam repasses com valores superiores em relação ao ano anterior. No entanto, esses valores ainda são significativamente inferiores quando comparados a outros projetos apresentados ao longo desta subseção.

Tabela 7 - Despesas emblemáticas por projeto em Conceição do Mato Dentro, 2023

Dimensão	Função	Projeto/Atividade	Valor (R\$)	Part.
Usos incomuns	Comércio e Serviços	Manutenção das Atividades do Departamento de Eventos	13,4 milhões	6,7%
	Encargos Especiais	Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	2,2 milhões	1,1%
	Agricultura	Programa de Apoio a Pequenos Produtores	2,1 milhões	1,1%
Diversificação Econômica	Trabalho	Manutenção do Fundo Municipal de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Sustentável - FUMDEDS	1,5 milhão	0,8%
		Implantação do Ecoparque Industrial e Empresarial	1,4 milhão	0,7%
Direitos Humanos	Educação	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	6,5 milhões	3,2%
		Manutenção das Atividades do Ensino Superior	403,6 mil	0,2%
	Saúde	Manutenção das Atividades Administrativas/Srac	3,0 milhões	1,5%
Infraestrutura	Gestão Ambiental	Manutenção das Atividades do Programa de Conservação e Preservação Ambiental	6,1 milhões	3,1%
		Manutenção da Malha Viária	10,2 milhões	5,1%
	Urbanismo	Ampliação da Malha Viária	86,3 milhões	42,9%
		Manutenção dos Equipamentos Urbanos	5,2 milhões	2,6%
		Gestão de Resíduos Sólidos	4,5 milhões	2,3%
		Construção Ampliação e Reforma dos Equipamentos Urbanos	3,3 milhões	1,7%

Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Conceição do Mato Dentro (2024).

Os projetos que se enquadram na dimensão Direitos Humanos estão todos relacionados à manutenção da máquina pública. São eles: “Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação”, representando 3,24% das despesas totais com a fonte CFEM; “Manutenção das Atividades do Ensino Superior”, 0,20%; e “Manutenção das Atividades Administrativas/SRAC”, 1,49%.

A atividade “Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação”, no valor de R\$6,5 milhões, engloba diferentes tipos de despesas, como conserto de ar-condicionado, vigilância, eventos nas escolas, despesas com serviços tecnológicos, limpeza, entre outros. Por outro lado, a atividade “Manutenção das Atividades do Ensino Superior”, no valor de R\$403,6 mil, gerou despesas relacionadas ao convênio com a UFV, tendo como objetivo a oferta de curso a distância no polo EAD do município de Conceição do Mato Dentro, através da Secretaria Municipal de Educação. Por fim, a atividade de “Manutenção das Atividades Administrativas/SRAC”, da função Saúde, no valor de R\$3,0 milhões, tem como objetivo manter as atividades do setor, especificamente a vigilância patrimonial.

A última dimensão, Infraestrutura, aponta um comportamento já observado em 2022, agrupando na função Urbanismo a maior parte dos gastos com a fonte CFEM. Um único projeto atingiu a participação de 42,9% das despesas com fonte CFEM: “Ampliação da Malha Viária”, no valor de R\$86,3 milhões. Em seguida tem-se o projeto “Manutenção da Malha Viária”, no valor de R\$10,2 milhões, representando 5,08% da despesa financiada pelo *royalty*.

Ainda nessa dimensão, projetos relacionados à construção e manutenção de equipamentos urbanos somaram juntos R\$8,5 milhões. São eles: “Construção, Ampliação e Reforma dos Equipamentos Urbanos” (1,7%), com despesas direcionada a obras de ampliação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obras de construção de praça, reforma e ampliação do cine teatro, entre outros; e “Manutenção dos Equipamentos Urbano” (2,6%), com despesas direcionadas a vigilância, prestação de serviço de fiscalização, consultoria, serviços de elaboração de projetos, locação de contêineres, entre outros. “Gestão de Resíduos Sólidos”, também da função Urbanismo, direcionou R\$4,5 milhões a despesas de prestação de serviços de coleta, limpeza urbana, transporte e disposição final dos resíduos, capina, varrição, entre outros.

Por fim, tem-se a atividade “Manutenção das Atividades do Programa de Conservação e Preservação Ambiental”, da função Gestão Ambiental, que recebeu recursos no valor de R\$6,1 milhões, sendo o 5º projeto da tabela que mais recebeu recursos da CFEM. Esse valor foi destinado à Consultoria especializada em meio ambiente, vigilância, alimentos para servidores em serviço, gasolina, reparos mecânicos, cursos de capacitação, entre outras despesas.

7.3 Algumas considerações

O que se observa com os projetos emblemáticos de Conceição do Mato Dentro é que a maior parte dos recursos da CFEM gastos em 2022 e 2023 foram direcionados a projetos de manutenção de infraestrutura urbana. A destinação para esta dimensão é tamanha, que nos dois anos de análise, o município foi o que mais direcionou recurso para a função Urbanismo, representando 70,5% e 57,4% respectivamente. Destaca-se que é muito recurso destinado para ampliação e manutenção de asfalto: somados os dois exercícios analisados, o projeto “Ampliação da Malha Viária”, recebeu um total de R\$186,1 milhões e “Manutenção da Malha Viária”, que acumulou um total de R\$37,8 milhões. Embora projetos de infraestrutura beneficiam a população, não caracterizam um bom uso da CFEM enquanto diversificação econômica e vida pós mineração, considerando que o *royalty* advém de um recurso natural finito.

Da mesma forma, nota-se que foram também beneficiados projetos voltados para a manutenção da máquina pública, como “Manutenção das Atividades do Departamento de Eventos”, que recebeu em 2022 e 2023 o total de R\$ 24,2 milhões. Em contrapartida, projetos que teriam a capacidade de diversificar a economia ficaram desassistidos, como o projeto “Implantação do Ecoparque Industrial e Empresarial”, e “Apoio a Pequenos Agricultores”, que em 2022 receberam R\$0,0 e R\$950,0 mil, respectivamente. Ainda que tenham aumentado o orçamento em 2023 (R\$2,1 milhões e R\$1,4 milhões respectivamente), os valores ficam aquém do projeto citado no início do parágrafo.

Cabe destacar a preocupação em dar ênfase nas tabelas de projetos/atividades emblemáticos despesas relacionadas à manutenção, pois essas são comumente associadas à manutenção da máquina pública, ou seja, atividades recorrentes, diferente de projetos com início e fim, como a obra de uma escola. Se tratando de recursos finitos seria preocupante direcionar valores tão significativos para estas atividades em detrimento de investimentos que visam a autonomia do município frente à mineração.

Ademais, é importante destacar que do valor total (R\$298,5 milhões) de CFEM que efetivamente entrou no cofre público em 2022, pelo menos R\$56,4 milhões não foram aplicados nas despesas. Em contrapartida, em 2023, as despesas com fonte CFEM foram superadas em pelo menos R\$39,9 milhões, em relação ao valor total (R\$161,5 milhões) de CFEM distribuída ao município. Por fim, ressalta-se a dificuldade de obter os dados aqui expostos, uma vez que o portal da transparência do município só passou a disponibilizar os dados na data 27/05/2024, e somente para o ano de 2023, sendo necessário recorrer a prefeitura para conseguir os dados referentes a 2022 e anos anteriores.

8. Orçamento público em Congonhas (MG)

Segundo dados do censo de 2022, Congonhas possui uma população de 52.890 habitantes. O município está situado na região do Quadrilátero Ferrífero, a 78 km de Belo Horizonte, a capital do estado de Minas Gerais. Considerada uma cidade histórica, o município foi emancipado em 1938 e, até o ano de 1948, era conhecido como Congonhas do Campo. O histórico de extração mineral de Congonhas é extenso e, assim como diversos outros municípios do estado, teve sua criação vinculada à ocupação territorial pela busca e descoberta do ouro. Hoje, sua exploração está concentrada na extração de minério de ferro.

Desde 1946, quando a mina Casa de Pedra foi incorporada à CSN Mineração S.A., o município tem essa empresa como uma das principais detentoras de direitos minerais e projetos de mineração mais importantes da região, além de ser a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil. Outras detentoras são a Vale S.A., Ferrous Resources do Brasil S.A., Ferro + Mineração S.A. e Minérios Nacional S.A., subsidiária da CSN Mineração S.A.

A arrecadação da CFEM em Congonhas se dá pela atividade mineral da substância de minério de ferro, realizada pelas empresas já citadas. Atualmente, o município ocupa a 5ª posição no ranking de maiores arrecadadores de CFEM do país, o que demonstra a representatividade da atividade de mineração na economia de Congonhas. Em 2022, a CFEM representou 22% da receita corrente do município e, em 2023 de 19%.

8.1 Congonhas: despesas com a CFEM em 2022

As despesas emblemáticas da Tabela 8 foram analisadas de forma distinta dos demais municípios, utilizando subfunções em vez de projetos, devido à indisponibilidade de informações específicas da CFEM no portal da transparência. A tabela destaca subfunções consideradas emblemáticas, escolhidas com base em sua finalidade e no volume de CFEM alocado, como já destacado na metodologia. O histórico das despesas vinculadas foi usado para esclarecer a finalidade de cada subfunção, que foram classificadas em quatro categorias: Usos Incomuns, Diversificação Econômica, Direitos Humanos e Infraestrutura. A tabela também apresenta os valores totais gastos e sua participação percentual (%) no total das despesas financiadas pela CFEM.

Tabela 8 - Despesas emblemáticas por subfunção em Congonhas, 2022

Dimensão	Função	Subfunção	Valor (R\$)	Part.
Uso Incomum	Administração	Administração Geral	1,9 milhão	3,5%
Diversificação Econômica	Comércio e Serviços	Turismo	0,00	0,0%
	Trabalho	Fomento ao Trabalho	482,4 mil	0,9%
Direitos Humanos	Assistência Social	Assistência Comunitária	7,0 milhões	13,1%
	Habitação	Assistência Comunitária	15,9 mil	0,0%
	Saúde	Administração Geral	602,2 mil	1,1%
Infraestrutura	Gestão Ambiental	Controle Ambiental	7,6 milhões	14,2%
	Transporte	Infra-Estrutura Urbana	3,8 milhões	7,1%
	Urbanismo	Infra-Estrutura Urbana	4,4 milhões	8,3%

Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Congonhas (2024).

Na dimensão Usos Incomuns, quase R\$2,0 milhões (3,5% da despesa total com a CFEM) foram vinculados a despesa com a subfunção Administração Geral, que segundo o histórico das despesas foram destinados a três ações diferentes, todas relacionadas a serviços de limpeza. Uma dessas ações acumulou o valor de R\$1,3 milhão, o que corresponde a 2,5% do recurso da CFEM vinculados à despesa de 2022.

No que diz respeito à Diversificação Econômica, a subfunção “Turismo”, da função Comércio e Serviços, chamou a atenção por ter em seu histórico duas atividades promissoras voltadas à capacitação de produtores, treinamento e capacitação de microempresas, consultoria às microempresas, entre outros objetivos. Mas, apesar de ter a capacidade de desempenhar um papel positivo na diversificação econômica para além da mineração, não foram atribuídos valores pagos a essas ações. Por outro lado, ainda em Diversificação Econômica, a subfunção “Fomento ao Trabalho”, destinou R\$482,4 mil (0,9%) para despesa relacionada à contratação de empresa financeira que será responsável por operacionalizar os valores referente ao Fundo Municipal para o Desenvolvimento Econômico de Congonhas - FMDE. Ademais, não houve no município grandes investimentos para diversificar a economia local utilizando a fonte CFEM.

No que concerne os Direitos Humanos, R\$7,6 milhões foram direcionados às funções Assistência Social e Saúde, através das subfunções “Assistência Comunitária” e “Administração Geral”, valor que na prática foi usado em sua maior parte (R\$7 milhões) para contratar empresa especializada em gestão de cartão magnético, o restante sendo destinado a serviços e material de limpeza. Da parcela de 13,2% da CFEM vinculado à despesa com Direitos Humanos, apenas R\$15,9 mil, menos de 0,1%, foram usados para atender a população com serviço relacionado à reforma de unidades habitacionais.

Em relação à Infraestrutura, as subfunções “Controle Ambiental” e “Infraestrutura Urbana” juntas concentraram 29,2% das despesas com a CFEM. Desses, 14,2% foram destinados a Controle Ambiental com serviços prestados com limpeza e coleta de resíduos. A subfunção “Infraestrutura Urbana”, que se desagrega nas funções Transporte e Urbanismo, destinaram recursos para contratação de empresa responsável por obras e manutenção da infraestrutura urbana, que incluem diversos serviços, como serviços de reparo em infraestrutura urbana, drenagem e pavimentação em lugares afetados pelas chuvas, contenção de encostas, entre outros.

8.2 Algumas considerações

Congonhas apresenta um caso peculiar, na contramão de outros municípios analisados, que vinculam altos valores a pavimentação/asfaltamento e afins. Das despesas emblemáticas com a fonte

CFEM apresentadas na Tabela 8, 18,8% estão vinculadas a serviços de limpeza dos prédios e dependências da secretaria, além da limpeza urbana. Esses serviços de limpeza estão dentro das subfunções “Administração Geral” (da função Administração) no valor de R\$1,9 milhão, “Administração Geral” (Saúde) no valor de R\$602,0 mil e “Controle Ambiental” (Gestão Ambiental) no valor de R\$7,6 milhões, sendo esse último relacionado à limpeza urbana. Ou seja, R\$10,1 milhões de uma fonte de recurso finita aplicados em ações de cunho administrativo e de coleta de lixo, enquanto os investimentos em diversificação econômica perecem.

O pouco investimento na diversificação econômica do município é confirmado diante a ausência de investimento em subfunções nesta dimensão, apenas duas foram identificadas na relação de despesas vinculadas a CFEM e essas tiveram pagamento nulo. São eles: ações da subfunção “Fomento ao Trabalho” e “Turismo”. Quanto aos Direitos Humanos, a subfunção “Assistência Comunitária”, da função Habitação, recebeu um repasse de apenas R\$15,9 mil. O que se percebe é a ausência de prioridade numa melhor distribuição dos *royalties*, quer seja para a diversificação econômica quer seja para a melhora da qualidade de vida dos habitantes.

É importante destacar que do total de CFEM distribuída (R\$202,2 milhões) para o município de Congonhas, apenas R\$54,1 milhões foram destinados ao pagamento das despesas do exercício financeiro de 2022, não sendo possível identificar qual foi o destino dos R\$ 148,1 milhões restantes.

Não foi possível realizar a análise do município para o ano de 2023, uma vez que o portal de transparência do município apresenta de forma incompleta as fontes, não sendo possível identificar a fonte CFEM. Também não houve retorno da solicitação dos dados à prefeitura via Lei de Acesso à Informação (LAI).

9. Orçamento público em Itabira (MG)

Fundado em 1848, o município de Itabira possui uma população de 113.343 habitantes, segundo o censo de 2022. Anteriormente, fazia parte do distrito de Itabira de Mato Dentro, então ligado ao povoado de Sant’Ana do Rosário. O município está localizado na região do Quadrilátero Ferrífero, a cerca de 110 km de Belo Horizonte, a capital do estado de Minas Gerais. Itabira tem um longo histórico de atividade mineradora, que se estende desde o período da mineração de ouro até a ascensão da exploração do minério de ferro. Itabira foi o berço da Companhia Vale do Rio Doce (atualmente, Vale S.A.), que se instalou na cidade em 1942.

Com uma economia consolidada sobre a atividade mineral, a arrecadação da CFEM no município deve-se principalmente à extração de minério de ferro, representando em 2023 quase 100% da arrecadação. Em menor proporção, também são extraídas gema, gnaisses e areia. A empresa predominante é a Vale S.A., mas também operam no município as empresas Belmont Mineração

Ltda, Mineração Canaã Indústria e Comércio EIRELI, além de algumas outras com produção ínfima.

Atualmente, Itabira ocupa a 6ª posição no ranking de maiores arrecadadores de CFEM do país, o que indica a relevância da CFEM na receita do município. Em 2022, a CFEM representou 18% da receita corrente e, em 2023, esse percentual foi de 16%.

Diante do futuro incerto da mineração e, conseqüentemente, da economia do município, no último semestre de 2023 foi firmado um acordo entre a prefeitura e a empresa Vale S.A para, em cooperação, elaborar, implementar e formar a estrutura de governança do Plano Estratégico Itabira Sustentável. O plano tem como objetivo promover a diversificação econômica, a preservação e a recuperação ambiental, entre outras estratégias, alcançando a sustentabilidade do município pós-mineração. De acordo com Guimarães e Milanez (2017), é um desafio diversificar a economia e aplicar práticas sustentáveis em regiões mineradoras que tem sua economia bastante atrelada a essa atividade. O Plano Estratégico Itabira Sustentável não é o primeiro plano elaborado para o desenvolvimento e a sustentabilidade do município. Planos e projetos anteriores, inclusive financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico de Itabira - FUNDESI, não foram eficazes em alcançar seus objetivos, sobretudo no que diz respeito à dependência da atividade de mineração.

9.1 Itabira: despesas com a CFEM em 2022

Na Tabela 9 são apresentados alguns projetos para qual a CFEM foi direcionada e que são considerados emblemáticos para essa pesquisa. Estes projetos são considerados emblemáticos levando em consideração a finalidade do projeto e o uso da fonte de recursos da CFEM, seja em decorrência do baixo ou do alto valor direcionado para áreas consideradas importantes no desenvolvimento socioeconômico do município. Os projetos estão categorizados em Usos Incomuns, Diversificação Econômica, Direitos Humanos e Infraestrutura. A tabela também apresenta os valores totais gastos em cada projeto, bem como sua participação (%) em relação ao total das despesas financiadas com recursos da CFEM.

Em 2022, destacou-se como Uso Incomum a atividade “Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP”, da função Encargos Especiais, que teve despesas pagas no valor de R\$3,5 milhões. Como já vem sendo discutido em seções anteriores, a contribuição ao PASEP acaba sendo um uso recorrente de um recurso finito para despesas correntes, e por ser um encargo especial não retornam um bem ou serviço para a população local.

Em Diversificação Econômica, dois projetos relevantes se destacam devido ao seu potencial, mas, não houve direcionamento de recursos no ano analisado. O primeiro é o projeto “Fomento à Produção, Promoção do Abastecimento e Melhoria da Qualidade de Vida dos Produtores e Moradores

Rurais”, da função Agricultura, com finalidade, entre outras coisas, de melhorar a qualidade de vida, fornecer capacitação profissional e acesso ao crédito. E o segundo projeto é o de “Manutenção do Fundo de Amparo ao Empreendedor Itabirano (Faemi)”, da função Comércio e Serviços. O fundo tem como objetivo a diversificação econômica voltada para as microempresas, microempreendedores individuais e profissionais autônomos.

Tabela 9 - Despesas emblemáticas por projeto em Itabira, 2022

Dimensão	Função	Projeto/Atividade	Valor (R\$)	Part.
Uso Incomum	Encargos Especiais	Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	3,5 milhões	4,0%
	Agricultura	Fomento à Produção, Promoção do Abastecimento e Melhoria da Qualidade de Vida dos Produtores e Moradores Rurais	0,00	0,0%
Diversificação Econômica	Comércio e Serviços	Manutenção do Fundo de Amparo ao Empreendedor Itabirano (Faemi)	0,00	0,0%
	Indústria	Instalação de Infraestruturas Funcionais Para Estímulo ao Desenvolvimento Econômico	1,0 milhão	1,2%
Direitos Humanos	Educação	Alimentação Escolar	71,3 mil	0,1%
	Gestão Ambiental	Monitoramento Ambiental	6,6 mil	0,01%
Infraestrutura	Urbanismo	Infraestrutura de Vias Urbanas e Rurais / Urbanização / Captação de Água / Manutenção de Vias e Estradas Rurais, Incluindo Pontes, Pontilhões, Pinguelas e Mata Burros	8,3 milhões	9,2%

Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Itabira (2024).

Ainda na dimensão Diversificação Econômica, o projeto “Instalação de Infraestruturas Funcionais para Estímulo ao Desenvolvimento Econômico”, da função Indústria, obteve um repasse no valor de R\$1,0 milhão. Ou seja, 1,2% da CFEM destinado ao Programa de Incentivo e Desenvolvimento Econômico e Social através desse projeto, um percentual bem inferior aos repassados para projetos de Infraestrutura, por exemplo.

Em relação a Direitos Humanos o projeto “Alimentação Escolar”, da função Educação, recebeu R\$71,3 mil (0,1%) para fornecer merenda escolar nas escolas públicas municipais, sendo o segundo menor valor entre os projetos emblemáticos.

Na dimensão Infraestrutura, tem-se o projeto “Monitoramento Ambiental”, referente à função Gestão Ambiental, com a finalidade de monitorar fauna, flora, recursos hídricos e afins, no valor de R\$6,6 mil. Entre os projetos selecionados, foi o que recebeu a menor parcela de recurso da CFEM (0,01%). Encontra-se ainda o projeto mais relevante dentre os projetos emblemáticos em termo de valor: “Infraestrutura de Vias Urbanas e Rurais / Urbanização / Captação de Água / Manutenção de Vias e Estradas Rurais, Incluindo Pontes, Pontilhões, Pinguelas e Mata Burros”. Da função

Urbanismo, o projeto representa 9,2% da CFEM aplicada no orçamento de 2022, no valor de R\$8,3 milhões, com a finalidade de melhorar a infraestrutura em várias regiões da cidade, ou seja, bem mais que os demais projetos já mencionados.

9.2 Itabira: despesas com a CFEM em 2023

Na Tabela 10, observam-se as despesas emblemáticas para o ano de 2023. Na categoria de Usos Incomuns destaca-se que 1,7% das despesas provenientes da CFEM foram alocadas ao projeto de Modernização e Manutenção de Prédios Próprios, da função Administração, totalizando R\$2,2 milhões. Projetos da função Administração voltados à manutenção, seja das atividades de secretarias e departamentos ou da manutenção de prédios, são considerados usos incomuns, pois não são adequados para a aplicação da fonte CFEM, dado o fato gerador dessa receita e sua finitude iminente.

Tabela 10 - Despesas emblemáticas por projeto em Itabira, 2023

Dimensão	Função	Projeto/Atividade	Valor (R\$)	Part.
Uso Incomum	Administração	Modernização e Manutenção de Prédios Próprio	2,2 milhões	1,7%
Diversificação Econômica	Agricultura	Fomento à Produção, Promoção do Abastecimento e Melhoria da Qualidade de Vida dos Produtores e Moradores Rurais.	211,3 mil	0,2%
	Comércio e Serviços	Apoio e Divulgação do Turismo	2,0 milhões	1,6%
	Comércio e Serviços	Gestão dos Espaços Turísticos	293,7 mil	0,2%
	Assistência Social	Atendimento às Famílias com Necessidades Habitacionais e Apoio ao Programa Casa Verde e Amarela	406,1 mil	0,3%
Direitos Humanos	Desporto e Lazer	Promoção e Apoio ao Lazer Comunitário	4,9 mil	0,00%
	Educação	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Creches, Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II	1,1 milhão	0,9%
	Saúde	Reforma das Unidades de Programa de Saúde da Família	220,6 mil	0,2%
Infraestrutura	Urbanismo	Infraestrutura de Vias Urbanas e Rurais / Urbanização / Captação de Água / Manutenção de Vias e Estradas Rurais, Incluindo Pontes, Pontilhões, Pinguelas e Mata Burros	26,7 milhões	20,3%

Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Itabira (2024).

Por sua vez, Diversificação Econômica, assim como no ano anterior, também incluiu em suas despesas o projeto “Fomento à Produção, Promoção do Abastecimento e Melhoria da Qualidade de Vida dos Produtores e Moradores Rurais”, da função Agricultura. Diferente do ano anterior, o projeto

representou 0,2% da despesa total de CFEM, totalizando o valor de R\$211,3 mil, o que ainda é considerado pouco em relação à capacidade de diversificação do projeto. Dentro da função Comércio e Serviços, dois projetos se destacam: “Apoio e Divulgação do Turismo”, no valor de R\$2,0 milhões (1,6%) e “Gestão dos Espaços Turísticos”, no valor de R\$293,7 mil (0,2%). São projetos do programa Fomento ao Turismo, com objetivo de apoiar e divulgar ações turísticas e eventos voltados ao turismo, museus e afins, além de manter os espaços. Destaca-se, que na função Agricultura e Comércio e serviços, os únicos investimentos feitos pela prefeitura com a fonte CFEM são os apresentados na Tabela 10, que incorre em preocupação quanto ao futuro pós mineração.

Em Direitos Humanos, quatro projetos se destacaram por terem recebidos recursos muito aquém quando observado outros projetos como o de infraestrutura, sendo estes: “Atendimento às Famílias com Necessidades Habitacionais e Apoio ao Programa Casa Verde e Amarela”, com a Finalidade de ampliar o Programa Bolsa Moradia, no valor de R\$406,1 mil (0,3%); “Promoção e Apoio ao Lazer Comunitário”, com a finalidade de ampliar e diversificar o lazer em comunidades, no valor de R\$4,9 mil (0,0%); “Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Creches, Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II”, com a finalidade de construir, ampliar e reformar unidades escolares, no valor de R\$1,1 milhão (0,9%); e “Reforma das Unidades de Programa de Saúde da Família”, visando reformar as unidades, garantir a qualidade da prestação de serviço e condições de trabalho do servidor, no valor de R\$220,6 mil (0,2%).

Por último, tem-se a dimensão Infraestrutura, onde o projeto “Infraestrutura de Vias Urbanas e Rurais / Urbanização / Captação de Água / Manutenção de Vias e Estradas Rurais, Incluindo Pontes, Pontilhões, Pinguelas e Mata Burros”, no qual 20,3% das despesas com a fonte CFEM foi direcionado a ele, sendo o projeto que mais recebeu recursos, mais, inclusive, do que todos os demais projetos selecionados para 2022 e 2023 juntos.

9.3 Algumas considerações

O que se observa em Itabira é que, tanto em 2022 quanto em 2023, projetos relevantes para a diversificação econômica e direitos humanos receberam uma parcela baixa dos recursos da CFEM. Por exemplo, o projeto "Fomento à Produção, Promoção do Abastecimento e Melhoria da Qualidade de Vida dos Produtores e Moradores Rurais" não recebeu nenhum valor em 2022 e obteve um repasse de apenas R\$211,3 mil em 2023, um valor muito pequeno considerando seu potencial econômico. Da mesma forma, o projeto "Reforma das Unidades do Programa de Saúde da Família" recebeu apenas R\$220,6 mil em 2023.

Em contrapartida, um único projeto recebeu parcelas significativas do *royalty* em ambos os anos. O projeto "Infraestrutura de Vias Urbanas e Rurais / Urbanização / Captação de Água /

Manutenção de Vias e Estradas Rurais, Incluindo Pontes, Pontilhões, Pinguelas e Mata-Burros" recebeu um total de R\$35 milhões nos dois anos analisados. Isso indica que projetos de infraestrutura, como a manutenção de "mata-burros", continuam sendo prioridade na aplicação dos recursos da CFEM, em detrimento de outros projetos que poderiam estimular a economia além das atividades de mineração e proporcionar melhor qualidade de vida aos habitantes do município.

Um projeto que poderia contribuir com a diversificação econômica seria "Fomento à Produção, Promoção do Abastecimento e Melhoria da Qualidade de Vida dos Produtores e Moradores Rurais", mas o mesmo não teve orçamento em 2022 e, em 2023, recebeu apenas R\$211,3 mil.

Apesar de não constar nos projetos emblemáticos, é importante trazer à discussão o valor destinado para o projeto "Construção do Prédio da UNIFEI", que representa parte significativa da Função Indústria, no valor de R\$16,0 milhões em 2022 e R\$ 6,9 milhões em 2023. Projetos como este, sem o apoio de projetos voltados à diversificação econômica, podem capacitar mão de obra que migrará para outros locais, como a capital mineira, Belo Horizonte. Ou seja, existe uma interdependência entre educação e fatores como indústria e infraestrutura, para que seja possível superar ou mitigar a dependência econômica da atividade de mineração no município, evitando a fuga dos benefícios do investimento em educação para outras regiões.

Além disso, em 2022, do total de CFEM distribuído (R\$211,7 milhões) para Itabira, R\$121,2 milhões não foram usados para pagar as despesas do exercício. Por outro lado, em 2023, os gastos com a fonte CFEM (R\$131,5 milhões) ultrapassaram o valor distribuído (R\$126,1 milhões) para esse ano, resultando em uma diferença de R\$5,3 milhões. Por fim, cabe destacar que a discussão sobre o uso da CFEM é primordial, considerando um futuro sem esse recurso. Formulários divulgados anualmente pela Vale apontam uma projeção de exaustão da vida útil da mina em operação em Itabira para 2041.

10. Conclusão

Ao longo desta Nota Técnica foram apresentadas as receitas e despesas vinculadas à fonte CFEM nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Pará, e Conceição do Mato Dentro, Congonhas e Itabira, em Minas Gerais. Conclusões específicas foram apresentadas nos respectivos municípios ao fim de cada seção, cabendo aqui fazer apontamentos gerais sobre o uso da CFEM.

Como pontos principais, e que já vêm sendo abordados por outras Notas Técnicas do De Olho na CFEM, observa-se uma padronização para todos os municípios no que diz respeito à falta de transparência em relação ao uso do *royalty* em questão. Isto acontece tanto pela não disponibilidade de dados detalhados sobre o uso quanto pela falta de acessibilidade desses dados. Pequenos avanços foram observados, como é o caso de Conceição do Mato Dentro, que passou a disponibilizar os gastos com a

fonte CFEM através de uma aba específica em seu portal. Contudo, as informações em Excel, com detalhamento do orçamento programático, só estão disponíveis para o ano de 2023. Nesse sentido, é importante ressaltar que essa falta de transparência inviabiliza que uma pesquisa como esta seja feita.

É importante destacar que todos os municípios descritos aqui são os maiores arrecadadores de CFEM do Brasil. Sendo assim, pela grande quantidade de recursos que recebem, esses municípios teriam condições financeiras de fazer uma comunicação clara e transparente do uso da CFEM, inclusive atendendo a obrigatoriedade da total transparência que a Lei Nº 13.540/2017 instituiu em seu parágrafo § 13º. Contudo, isto não tem sido feito.

Além disso, os dados da receita evidenciaram que a arrecadação dos *royalties* pelas prefeituras não é estável, uma vez que a CFEM está totalmente associada à dinâmica do mercado internacional de *commodities*, conhecido por sua volatilidade. Isto configura um problema de caixa para as prefeituras, pois em períodos de baixa dos preços do minério de ferro a arrecadação de CFEM tende a cair e os municípios podem se ver sem receitas suficientes para a manutenção das atividades vinculadas a esse recurso. Por esse motivo, os serviços municipais deveriam ser mantidos a partir de fontes diferentes dos *royalties* minerais, de maneira que não viesse a comprometer o atendimento aos cidadãos.

Ademais, os minérios são recursos não renováveis, assim, uma vez que diminuem as reservas existentes, as prefeituras enfrentarão problemas em manter sua estrutura e haverá uma queda significativa da qualidade dos serviços públicos. Por conta desse fator, existe a orientação legal de que parte dos *royalties* sejam direcionados para a redução da dependência econômica da mineração. Todavia, em nenhum dos casos foram identificados programas estruturados de diversificação econômica.

Por outro lado, existe certa convergência no que diz respeito à destinação desses recursos para construção, ampliação e manutenção de estradas e vias na zona rural e urbana. Isto fica evidente na Tabela 1 e de forma mais detalhada em cada uma das seções por município. A maior parte dos recursos da CFEM estão alocados na função Urbanismo e Transporte, para quase todos os municípios, à exceção de Itabira, que concentrou a maior parte na função Saúde, mas que não deixou de destinar uma parcela de CFEM para ações como esta. Em 2022 e 2023, Conceição do Mato Dentro (70,6% e 57,4% respectivamente) foi aquele que concentrou a maior parte da CFEM na função Urbanismo, seguido de Canaã dos Carajás (42,7% e 56,9%), Parauapebas (17,0% e 14,7% na função Urbanismo; 14,6% e 13,4% na função Transporte), Itabira (10,8% e 21,9%) e Congonhas (19,5% Urbanismo; 19,2% em 2022). Os valores variam entre R\$ 4,4 milhões a R\$ 101 milhões por ação.

Além disso, observou-se que nenhum dos municípios cumpriu a recomendação da Lei Nº 13.540/2017 de destinar pelo menos 20% dos recursos advindos da CFEM para áreas ligadas ao desenvolvimento mineral sustentável, diversificação econômica e desenvolvimento tecnológico e científico.

Destaca-se ainda uma disparidade nos valores recebidos e executados de CFEM. Por exemplo, em Parauapebas foi recebido R\$ 504,1 milhões e executado R\$ 819,5 milhões no ano de 2023. O orçamento público define que o superávit financeiro pode ser usado no exercício seguinte como crédito adicional. Entretanto, não é especificado na execução das despesas se a fonte CFEM é do ano vigente ou do ano anterior. Essa questão reforça o problema da falta de transparência na prestação de contas por esses municípios; questão que precisaria ser verificada urgentemente pelo Tribunal de Contas dos Municípios do estado do Pará (TCM-PA) e demais tribunais de conta.

Por fim, a relevante participação da CFEM no orçamento municipal faz com que o uso dessa fonte de recursos seja fundamental para garantir um desenvolvimento efetivo de suas comunidades e a redução da dependência mineral. Para que isso ocorra de fato, é necessária uma rígida fiscalização dos órgãos públicos e, principalmente, controle e participação social no planejamento e uso desses recursos. A proposta desse relatório é contribuir para que isso aconteça.

Referências

ANM - AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Observatório da CFEM**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDA5NGMyYmYtOWQyMi00NzA1LWFhOTQtNmU5NjEyMTI3ZDMxIiwidCI6ImEzMDgzZTIxLTc0OWItNDUzNC05YWZhLTU0Y2MzMTg4OTdiOCJ9&pageName=ReportSection7a43f884dc43352e5953>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL, Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017. Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). In. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2017.

_____, Decreto-lei Nº 10.004, de 05 de setembro de 2019, institui o Programa Nacional de Escolas Cívico-militares In. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2019.

COMEX STAT. **Exportação e Importação Geral**. Brasil: Comex stat, abr. 2024. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 10 de abr. 2024.

CIRCUITO CULTURAL VIEIRA SERVAS. **História**. Itabira, 2024. Disponível em: [https://www.ufmg.br/vieiraservas/municipio/itabira/#:~:text=No%20dia%209%20de%20outubro,\(%E2%80%9Cque%20brilha%E2%80%9D\)](https://www.ufmg.br/vieiraservas/municipio/itabira/#:~:text=No%20dia%209%20de%20outubro,(%E2%80%9Cque%20brilha%E2%80%9D)). Acesso em: 10 mai. 2024.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN. **CSN Mineração**. Disponível em: <https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/csn-mineracao/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISA –FAPESPA. **Relatório do PIB Municipal – 2021/ (org.)** Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação (FAPESPA)–Belém, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/Relatorio-PIB-Municipal-2021.pdf> Acesso em: abr. de 2024.

GUIMARÃES, C. L.; MILANEZ, B. **Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 41, p. 215-236, 2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Guimar%C3%A3es-2017-Minera%C3%A7%C3%A3o-impactos-locais-e-os-desafios-da-diversifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Itabira**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itabira/historico>. Acesso em: 10 mai. 2024.

ITABIRA SUSTENTÁVEL. **Governança**. Itabira: Itabira Sustentável, MG. Disponível em: <https://sustentavel.itabira.mg.gov.br/itabira-sustentavel/governanca/>. Acesso em 13 mai. 2024.

NASCIMENTO, D. E. do; CASAGRANDE JR., E. F.; MORAES, L. R.; RUTHES, S. Parque Eco-Industrial: Uma discussão sobre o futuro dos distritos industriais brasileiros. **Revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, [S. l.], n. 1, p. Pag. 97, 2006. DOI: 10.15675/gepros.v0i1.145. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/gepros/article/view/145>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Itabira**: “Cidade do Ferro” vive futuro incerto com a possibilidade do fim do minério. Brasília: Câmara dos Deputados, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/mineracao/itabira-cidade-do-ferro-vive-futuro-incerto-com-a-possibilidade-do-fim-do-minerio>. Acesso em: 13 mai. 2024.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PTCC. **Transparência Pública Municipal**. Canaã dos Carajás. Disponível em: <https://transparencia.transparenciacanaa.com.br/>. Acesso em: abr. 2024.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. **Transparência Pública Municipal**. Conceição do Mato Dentro: Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, MG, abr. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3yNcBRB>. Acesso em: 08 abr. 2024.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA DE CONGONHAS. **Transparência Pública Municipal**. Congonhas: Prefeitura Municipal de Congonhas, MG, abr. 2024. Disponível em: <https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-159/recursos.faces>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA DE ITABIRA. **Transparência Pública Municipal**. Itabira: Prefeitura Municipal de Itabira, MG, abr. 2024. Disponível em: <https://transparenciabrazil-cidadao.govbr.cloud/transparenciabrazil-cidadao/itabira/prefeitura/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. **Nossa História**. Conceição do Mato Dentro: Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, MG. [s.d.]. Disponível em: <https://www.cmd.mg.gov.br/portal/paginas-dinamicas-categoria/4/nossa-historia>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA DE PARAUAPEBAS. **Transparência Pública Municipal**. Parauapebas. Disponível em: <https://www.governotransparente.com.br/45079490>. Acesso em abr. 2024.

THE WORLD BANK. **Mercados de commodities**. Washington, DC: The World Bank, abr.



2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>. Acesso em: 04 abr. 2024

VALE. **Vale assina parceria com Anglo American em Minas-Rio**. [S.l.]: Vale, fev. 2024. Disponível em: <https://vale.com/pt/w/vale-assina-parceria-com-anglo-american-em-minas-rio>. Acesso em: 10 mai. 2024.

VALE S.A. **Form 20-F ANNUAL REPORT PURSUANT TO SECTION 13 OR 15(d) OF THE SECURITIES EXCHANGE ACT OF 1934**. Washington, DC, dez. 2023. Disponível em: https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/917851/000129281424001463/valeform20f_2023.htm#form20f_040. Acesso em: 15 mai. 2024.